

OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS POR LICENCIANDOS EM MATEMÁTICA SOBRE A GESTÃO ESCOLAR E EDUCACIONAL

NATÉRCIA DE ANDRADE LOPES NETA
SAMUEL DE SOUSA APOLINARIO
JESSÉ DE LIMA FERREIRA SILVA
(ORGANIZADORES)



NATÉRCIA DE ANDRADE LOPES NETA
SAMUEL DE SOUSA APOLINARIO
JESSÉ DE LIMA FERREIRA SILVA
(ORGANIZADORES)

OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS POR
LICENCIANDOS EM MATEMÁTICA
SOBRE A GESTÃO ESCOLAR
E EDUCACIONAL



EDITORA
SCHREIBEN

2023

© Dos Organizadores - 2023
Editoração e capa: Schreiben
Imagem da capa: Freepik
Revisão: os autores
Livro publicado em: 27/07/23

Conselho Editorial (Editora Schreiben):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)
Dr. Airton Spies (EPAGRI)
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)
Dr. Deivid Alex dos Santos (UEL)
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)
Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)
Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)
Dr. Joel Cardoso da Silva (UFPA)
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)
Dr. José Raimundo Rodrigues (UFES)
Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)
Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)
Dra. Marciane Kessler (UFPEL)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)
Dr. Odair Neitzel (UFES)
Dr. Valdenildo dos Santos (UFMS)
Dr. Wanilton Dudek (UNIUV)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiben
Linha Cordilheira - SC-163
89896-000 Itapiranga/SC
Tel: (49) 3678 7254
editoraschreiben@gmail.com
www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S478 Os sentidos construídos por licenciandos em matemática sobre a gestão escolar e educacional. / Organizadores : Natércia de Andrade Lopes Neta, Samuel de Sousa Apolinario, Jessé de Lima Ferreira Silva. - Itapiranga : Schreiben, 2023.
90 p. ; e-book
E-book no formato PDF.
EISBN: 978-65-5440-143-2
DOI: 10.29327/5287241
1. Educação. 2. Escolas - organização e administração. 3. Planejamento educacional. I. Título. II. Lopes Neta, Natércia de Andrade. III. Apolinario, Samuel de Sousa. IV. Silva, Jessé de Lima Ferreira.

CDU 37.07

Bibliotecária responsável Kátia Rosi Possobon CRB10/1782

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	5
<i>Natércia de Andrade Lopes Neta</i>	
GESTÃO ESCOLAR: A SUA IMPORTÂNCIA, DESAFIOS E AVALIAÇÕES.....	9
<i>Lucas Felipe dos Santos Silva</i>	
<i>Natércia de Andrade Lopes Neta</i>	
MUDANÇAS NA ROTINA DE DIRETORES ESCOLARES DURANTE A PANDEMIA DE CORONAVÍRUS (COVID-19): UMA NOVA ADAPTAÇÃO EM MEIO A DIVERSOS PROBLEMAS ESTRUTURAIS E TECNOLÓGICOS.....	17
<i>Bianca Martins Santos</i>	
<i>Quitéria Daniela França Barbosa</i>	
<i>Natércia de Andrade Lopes Neta</i>	
RELAÇÕES E CORRUPÇÕES QUE AFETAM A GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR.....	24
<i>Flávio Henrique França de Araújo</i>	
<i>José Igor dos Santos Marques</i>	
<i>Luiz Agostinho Lisboa Leite</i>	
<i>Messias Herculano da Silva</i>	
<i>Vitor Alves de Mendonça</i>	
<i>Natércia de Andrade Lopes Neta</i>	
OÁSIS - GESTÃO ESCOLAR, EDUCACIONAL E ESTRUTURA SOCIAL.....	32
<i>Edineide dos Santos Souza</i>	
<i>Edivaldo Santos do Nascimento</i>	
<i>Lucas de Oliveira Pinto</i>	
<i>Maria Silvânia da Silva Alves</i>	
<i>Nathália Ranielle Lemos da Silva Barros</i>	
<i>Natércia de Andrade Lopes Neta</i>	
A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR COMO FERRAMENTA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	39
<i>Augusto de Almeida Barros Soares</i>	
<i>Moizeis Veiga Ferreira</i>	
<i>Tácio Barros da Silva</i>	
<i>Natércia de Andrade Lopes Neta</i>	

COMO A ANSIEDADE INFLUÊNCIA A APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE.....	47
<i>João Victor Dantas Lira</i>	
<i>Nayara Torres Silva</i>	
<i>Natercia de Andrade Lopes Neta</i>	
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA GESTÃO EDUCACIONAL DIANTE DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: SUPERANDO BARREIRAS PARA PROMOVER A EQUIDADE.....	53
<i>Everton Lira da Silva</i>	
<i>Laer Laisa da Silva Carnaúba</i>	
<i>Maria Aldaiza Barros Vieira</i>	
<i>Gabriel Júlio Alvares</i>	
<i>Vinícios Avelino da Silva</i>	
<i>Natercia de Andrade Lopes Neta</i>	
ANÁLISE DOS IMPACTOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	64
<i>Henrique da Silva Santos</i>	
<i>Jamily Leite Máximo</i>	
<i>Maria Alice Bezerra Leite</i>	
<i>Maria Vanessa da Silva Machado</i>	
<i>Rayane de França da Silva</i>	
<i>Natercia de Andrade Lopes Neta</i>	
O DESENVOLVIMENTO DE UMA CULTURA DE AVALIAÇÃO NA GESTÃO EDUCACIONAL.....	80
<i>Amanda Lino da Silva</i>	
<i>Amanda Vieira da Silva</i>	
<i>Denysson Bruno Farias da Silva</i>	
<i>Jessé de Lima Ferreira Silva</i>	
<i>Samuel de Sousa Apolinário</i>	
<i>Natercia de Andrade Lopes Neta</i>	
ORGANIZADORES.....	88
ÍNDICE REMISSIVO.....	90

PREFÁCIO

O livro “**Os sentidos construídos por licenciandos em Matemática sobre a Gestão Escolar e Educacional**” traz as percepções de futuros Matemáticos de uma Universidade pública do agreste alagoano sobre o gerenciamento escolar e todo processo de planejamento, recursos financeiros, projetos pedagógicos, além das funções da direção, supervisão, fiscalização e autoavaliação.

Organizado pelos concluintes Jessé de Lima Ferreira Silva e Samuel de Sousa Apolinário, orientados por mim, Profa. Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta, este livro possibilita o leitor a compreender sobre os processos gerenciais em escolas de municípios alagoanos do agreste, e cases de sucesso de Gestores Escolares que serviram de inspiração para todo Estado de Alagoas.

No **Capítulo 1**, intitulado “Gestão Escolar: a sua importância, desafios e avaliações”, o autor Lucas Felipe dos Santos Silva, disserta que a Gestão Escolar é algo de extrema importância nas escolas, pois ela garante que o ambiente escolar funcione de maneira coordenada e organizada. Sua pesquisa teve como objetivo abordar como a gestão escolar vem sendo aplicada nas escolas, mostrar seus objetivos, como funciona, os benefícios para a educação e apresentar os desafios existentes na atualidade para gerir uma escola. Além disso, aborda a importância do IDEB para fazer a autoavaliação na gestão, a fim de trazer melhorias e cada vez mais para atingir um bom sistema de educação.

No **Capítulo 2**, intitulado “Mudanças na rotina de diretores escolares durante a pandemia de coronavírus (covid-19): uma nova adaptação em meio a diversos problemas estruturais e tecnológicos”, as autoras Bianca Martins Santos e Quitéria Daniela França Barbosa, analisam e discutem acerca dos problemas enfrentados por gestores escolares em meio a pandemia do coronavírus (COVID-19), que acarretou diversas mudanças em nossas vidas e, conseqüentemente, em rotinas de trabalho. As autoras trazem alguns fatores que contribuíram para que os problemas ocorressem da gestão da Escola, porém, apontam dois como os determinantes: a falta

de infraestrutura para se adaptar a essa nova fase e, conseqüentemente, problemas que envolvem a área de tecnologia.

O **Capítulo 3** traz algumas problemáticas enfrentadas pela comunidade escolar quando há uma corrupção desenfreada dentro da Gestão Escolar, o que se agrava em algumas Escolas devido a interferências políticas. Intitulado “Relações e corrupções que afetam a Gestão Educacional e Escolar”, os autores Flávio Henrique França de Araújo, José Igor dos Santos Marques, Luiz Agostinho Lisboa Leite, Messias Herculano da Silva e Vitor Alves de Mendonça analisam a complexa relação entre os servidores das instituições educacionais públicas do estado de Alagoas, com foco nos professores e gestores escolares. As informações utilizadas foram coletadas por meio de pesquisas bibliográficas, juntamente com entrevistas anônimas realizadas com alguns professores da rede.

Ao mesmo tempo, os autores Edineide dos Santos Souza, Edivaldo Santos do Nascimento, Lucas de Oliveira Pinto, Maria Silvânia da Silva Alves e Nathália Ranielle Lemos da Silva Barros, abordam um caso de sucesso Escolar e Educacional vindo de uma escola situada numa rua que funcionavam os prostíbulos. No **Capítulo 4**, intitulado Oásis - Gestão Escolar, Educacional e Estrutura Social, os estudantes relatam experiências vivenciadas em uma pesquisa de campo, realizada na comunidade da Cafurna, situada na cidade de Palmeira dos Índios – AL. A pesquisa tem como finalidade discutir e refletir o contexto social e gestor da escola Oásis que é um exemplo de superação para a cidade. Foram utilizados recursos como, entrevistas e documentários. Observa-se que apesar de ter passado tantos anos ainda há muitas dificuldades em manter a escola Oásis. Mas, percebe-se que a gestão da escola com participação direta do Movimento Pró-desenvolvimento Comunitário (MPDC) é algo que motiva e a mantém aberta e funcionando até hoje.

O **Capítulo 5**, fala sobre “A importância do conselho escolar como ferramenta da gestão democrática”. Os autores Augusto de Almeida Barros Soares, Moizeis Veiga Ferreira e Tácio Barros da Silva apresentam as atribuições do gestor escolar e do conselho escolar, bem como sobre a importância do órgão colegiado como ferramenta para manter a boa gestão, democrática e eficiente para proporcionar a melhor qualidade de ensino possível, desenvolvimento cultural, e o bom uso do dinheiro público

destinado à educação.

No **Capítulo 6**, algumas nuances da Gestão Educacional são abordadas, principalmente sobre a saúde mental dos estudantes. Em “Como a ansiedade influencia a aprendizagem do estudante”, os autores João Victor Dantas Lira e Nayara Torres Silva, afirmam que a busca por uma formação profissional é um fator crucial para as pessoas desenvolverem a estabilidade financeira tanto desejada, relacionando a escola e universidades como etapas para realizações de determinados sonhos, tendo em vista como fator crucial a busca por conhecimento. Após essa análise, destacamos o ensino básico e acadêmico como chaves importantes para iniciar essas novas conquistas e crescimento. Entretanto, após pesquisas realizadas em diversas fontes, existem diversos fatores que influenciam e prejudicam o indivíduo a ter o progresso desejado, um deles é a ansiedade, sentimento no qual, resulta o medo do insucesso, causando transtornos nos indivíduos acarretando em desconcentração e desmotivação em sua aprendizagem. O objetivo desta pesquisa tem o intuito de mostrar como esse problema influencia a vida escolar dos estudantes.

No **Capítulo 7**, “Desafios e possibilidades na gestão educacional diante das relações étnico-raciais: superando barreiras para promover a equidade”, os autores Everton Lira da Silva, Laer Laisa da Silva Carnaúba, Maria Aldaiza Barros Vieira, Gabriel Júlio Alvares e Vinícios Avelino da Silva abordam a gestão educacional diante das relações étnico-raciais. Os estudantes afirmam que os temas contemporâneos transversais apresentam-se como um desafio e, ao mesmo tempo, uma possibilidade para a promoção da equidade no sistema educacional brasileiro. Contudo, é preciso considerar as desigualdades históricas e estruturais presentes na sociedade brasileira, que afetam principalmente as populações negra e indígena. Os autores elencam as possibilidades para superar essas desigualdades, como o reconhecimento e valorização da diversidade cultural e étnico presente no país, para a promoção da inclusão e do respeito às diferenças.

No **Capítulo 8**, “Análise dos impactos da gestão democrática e participativa no ensino e aprendizagem”, Henrique da Silva Santos, Jamilly Leite Máximo, Maria Alice Bezerra Leite, Maria Vanessa da Silva Machado e Rayane de França da Silva, mostram que a gestão escolar impacta diretamente o ensino. Fazendo uma retrospectiva desde 1980 sobre

o conceito de gestão democrática e participativa, os autores mostram que essa engrenagem só funciona quando todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem estão atuando em conjunto para a tomada de decisões das atividades escolares, havendo assim a descentralização do poder que antes se limitava apenas ao diretor escolar. A priori, o objetivo deste artigo é conhecer um pouco da história da implantação da gestão escolar no Brasil, bem como entender os conceitos de gestão democrática e gestão participativa de modo que mais adiante seja possível analisar como a junção destes conceitos podem impactar positivamente ou negativamente no processo educacional.

Por fim, no **Capítulo 9**, “O desenvolvimento de uma cultura de avaliação na gestão educacional”, os autores Amanda Lino da Silva, Amanda Vieira da Silva, Denysson Bruno Farias da Silva, Jessé de Lima Ferreira Silva e Samuel de Sousa Apolinário, discutem a importância da gestão educacional e apresentam algumas estratégias que podem ser utilizadas para melhorar a eficiência e eficácia dela. Com foco na participação da comunidade escolar, os estudantes elencam forças e oportunidades para que as escolas possam estabelecer parcerias com organizações locais, empresas e outras instituições para possibilitar o aprendizado e enriquecimento para os estudantes. Os temas sobre programas de voluntariado, estágios, projetos de pesquisa e outras atividades que também são debatidos de modo que envolvam a comunidade escolar e promovam a colaboração entre diferentes setores da sociedade.

Ainda imbuída nos textos desta obra, finalizo este prefácio ressaltando que tanto a Gestão Escolar quanto a Gestão Educacional não podem ser limitadas apenas por seus parâmetros legais, mas também e, principalmente, pela tomada de decisão de seus gestores, perante as legislações e as necessidades de sua comunidade.

Profa. Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta

GESTÃO ESCOLAR: A SUA IMPORTÂNCIA, DESAFIOS E AVALIAÇÕES

Lucas Felipe dos Santos Silva¹
Natercia de Andrade Lopes Neta²

Considerações Iniciais

A palavra gestão vem do Latim *Gestión* que configura a administração ou gerenciamento de recursos, pessoas ou qualquer objeto que possa ser gerido para algum fim: seja para uso próprio ou para benefício de uma entidade.

Cada escola deve ter seu próprio plano de gestão, isso vai de acordo com as diretrizes de educação que estão em vigor. Através desta gestão e desejado alcançar bons resultados, como um ensino excelente com redução da inadimplência; prevenção de rescisão; combate a indisciplina; manter a equipe escolar motivada; e envolver mais os pais e alunos nos projetos da escola.

No ambiente escolar o gestor tem como missão desenvolver propostas educacionais para a escola onde atua, pautadas na democracia e na participação da comunidade garantindo a manutenção da qualidade do ensino.

Visto que uma boa gestão traz benefícios para a escola e para a sociedade, é de grande importância que seja dada uma atenção para esse tema, buscando informações de sua funcionalidade e os desafios encontrados em seu cotidiano.

Sendo assim, este artigo foi dividido em sete partes sendo a introdução a primeira. A segunda é formada por uma descrição da pesquisa,

1 Discente do curso de Licenciatura em Matemática. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9914995045727975>.

2 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. E-mail: natercia.lopes@uneal.edu.br.

apresentando as ferramentas utilizadas para o levantamento do conteúdo em si, as teorias que foram usadas e o mapas conceituais. Na terceira parte é apresentado o que seria gestão educacional e sua finalidade e já quarta irá ser apresentado sobre o gestor e os desafios que ele enfrenta para gerir uma escola, e logo em seguida com a quinta seção vamos mostrar a relação de gestão e sociedade, prosseguindo com a sexta que mostrará os benefícios de uma boa gestão e os resultados IDEB. Para finalizar na sétima, vão ser apresentados as considerações finais.

A pesquisa foi realizada por meio de revisão metodológica, no qual foi buscado por artigos que abordavam sobre o conteúdo de gestão educacional, como definições, objetivos, função e os desafios enfrentados. Através desta busca foi possível ser desenvolvido este trabalho que teve como eixo falar sobre como funciona a gestão nas escolas; qual é a função da gestão escolar, o papel de um gestor e os desafios para fazer uma boa gestão, a relação entre gestão e a demanda social e para finalizar quais são os benefícios de boa gestão.

O que é Gestão Escolar? E qual sua função?

Os autores Oliveira (2018) e Menezes (2018) mencionam que: Gestão é então a atividade pela qual se mobilizam meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização e envolve aspectos gerenciais e técnico-administrativos. O princípio da gestão democrática inclui a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de forma a garantir qualidade para todos os alunos.

Em um trecho do seu artigo Souza (2006) fala que: [...] parece haver uma compreensão de que gestão escolar é um conjunto de aspectos de natureza técnica, com campos de conhecimento delimitados: a administração e a pedagogia.

Através de uma boa administração e planejamento pedagógico a gestão escolar tem como função garantir o acesso do discente a escola, a equipe que compõe essa coordenação é responsável para ouvir a comunidade, colaboradores e alunos a fim de buscar soluções para determinados problemas que afetam o ensino, outra responsabilidade dela e tomar atitudes para garantir a permanência de alunos e professores

através de um bom ambiente de ensino.

Em sua pesquisa os autores Werle (2015) e Audino (2015) falam sobre a função da parte pedagógica e administrativa em uma gestão: A dimensão Pedagógica abrange as práticas do trabalho educativo voltadas para assegurar a aprendizagem dos alunos. Relaciona-se à forma como a equipe diretiva interage, percebe e articula a sua ação, especialmente, junto ao corpo docente. A dimensão administrativa inclui formas de organização e estratégias reflexivas voltadas para o domínio dos dados do IDEB e o relacionamento dos dados (pistas) que ele fornece com o percurso histórico da instituição e demais informações produzidas pelos atores escolares.

O Gestor escolar e os desafios encontrados na atualidade

Os gestores escolares são responsáveis por conduzir as escolas de acordo com as políticas e diretrizes públicas educacionais e implementar programas de ensino para garantir que os alunos alcancem os resultados desejados. Segundo Lück (2009, p. 22) Os gestores escolares, constituídos em uma equipe de gestão, são os profissionais responsáveis pela organização e orientação administrativa e pedagógica da escola, da qual resulta a formação da Cultura e ambiente escolar, que devem ser mobilizadores e estimuladores do desenvolvimento, da construção do conhecimento e da aprendizagem orientada para a cidadania competente.

Além de ser necessário gerir finanças, manter a escolar com uma boa infraestrutura e assegurar recursos necessários para garantir uma educação de qualidade, o gestor também tem que enfrentar alguns desafios encontrados na atualidade, dentre eles têm-se a adaptação para inovações e incentivo para as habilidades e competências atuais; trazer a escola novos recursos tecnológicos necessários para suprir a demanda do ambiente escolar; manter a satisfação e sintonia dos profissionais que trabalham na escola, já que o existe o cenário no qual professores e alunos não são mais os únicos envolvidos no processo de ensino; estimular a participação dos responsáveis dos alunos na rotina escolar e combater a evasão escolar. Pode-se afirmar que o gestor tem que sempre estar se atualizando para tentar superar os desafios existentes no cotidiano um dos problemas que

podem ser abordados e a própria modernidade atual e as distrações que cria para o aluno, vale a pena citar o seguinte texto:

Não é nada fácil ser educador no século XXI, os alunos cada vez mais estão achando a escola um local ruim de ficar, aliás, já ouvimos claramente que muitos vão à escola somente para socializar com os colegas, aliado às novas tecnologias que evoluem de maneira rápida e absurda, e ainda junte a isso o fato que os novos ídolos dos adolescentes são os youtubers, os criadores de conteúdo no site de vídeos youtube, que falam claramente que não estudaram e nem precisam, pois o que eles fazem não necessita conhecimento “da escola” para tal empreitada. (MACHADO & PROBST, 2017, p. 53)

Desse modo, observando este tipo contratempo faz com que haja mais dificuldade para se gerir e garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos. Por isso, é necessário que os gestores assumam o papel de expressor entre todas as questões relacionadas ao ensino.

Segundo os autores *Ceretta (2018)* e *Jesus (2018)*: É um grande desafio para o gestor escolar atuar como líder e desenvolver formas de organização inovadoras, empreendedoras e participativas, mas isto é indispensável.

Algumas das importantes e atuais funções do gestor escolar são prever e se antecipar às mudanças, assim, o gestor deve saber ir além e intuir as mudanças, aprender a pesquisar, avaliar e enfrentar os novos desafios utilizando da tecnologia existente para criar estratégias de ensino com a finalidade de melhorar a aprendizagem dos alunos garantindo uma educação de qualidade e até mesmo facilitar a vida dos profissionais da educação.

Em resumo as atribuições e obrigações de um gestor seria coordenar a elaboração e execução de propostas pedagógicas, garantindo que o plano de trabalho de cada docente seja cumprido, além de articular a escola com as famílias e a comunidade, estabelecendo na escola um ambiente que seja seguro e rico pedagogicamente.

Gestão Escolar perante a sociedade

A gestão escolar tem grande importância já que ela influencia no ambiente de ensino que por sua vez buscar alcançar interesses de uma determinada sociedade, ou seja cada escola terá um tipo de gestão voltado para a realidade daquela determinada região.

Em seu trabalho o ator Araújo (2009, p. 21) menciona que: podemos concluir este capítulo conceituando gestão da educação como um processo de articulação para o desenvolvimento da proposta político-pedagógica da escola, fundamentado numa determinada concepção de educação e de sociedade.

Desse modo, pode-se ser afirmado que a gestão está relacionada com a sociedade, pois através dela é criada uma estratégia para ser alcançado os objetivos e suprir a demanda social, segundo Lück (2009 p. 20). A escola é uma organização social constituída pela sociedade para cultivar e transmitir valores sociais elevados e contribuir para a formação de seus alunos, mediante experiências de aprendizagem e ambiente educacional condizentes com os fundamentos, princípios e objetivos da educação.

Somando a isso, pode-se afirmar que a forma de se gerir vai depender de cada escola, pois como foi dito a gestão busca atingir os interesses sociais, que por sua vez iram mudar conforme a demanda existente pela população daquela região já que a escola tem o papel de forma o cidadão para enfrentar os desafios existentes de forma racional e eficiente.

De acordo com o artigo 22 da LDB (1996, p. 18) educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Dessa forma, pode-se dizer que a existe uma demanda da sociedade para formar o cidadão e com base nisso a gestão vai ser feita de acordo com a necessidade existente.

Uma Gestão Eficiente e o resultado do IDEB

Uma gestão de qualidade traz inúmeras vantagens em uma instituição de ensino, desse modo vale a pena ressaltar sobre cada um desses benefícios, o primeiro que seria na administração dos gastos mantendo uma boa saúde financeira na escola distribuindo recursos para cada setor como o responsável pelo material didático, investimento tecnológico, compra de produtos para limpeza e manutenção da escola. Com isso podemos ter um melhor ambiente que chame a atenção dos alunos e profissionais da educação, vale também citar sobre as melhorias do aspectos pedagógicos que envolve no implemento de tecnologias e novas propostas para melhorar

o ensino, como reflexo de todas essas ações uma escola pode melhorar o desenvolvimento dos seus alunos contribuindo na formação do cidadão e ainda poderá aumentar a pontuação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que foi criado em 2006 com o intuito de indicar o desempenho de cada escola para a comunidade, tem-se o texto a seguir falando da importância desse sistema de avaliação:

Um aspecto que pode ser destacado com relação à criação do Ideb é o da necessidade de aquisição de informações sobre a realidade educacional brasileira, para que estas informações deem subsídios às tomadas de decisão da gestão em unidades escolares, em redes ou sistemas de ensino, em estados ou regiões do país, com vistas à melhoria da qualidade. Os resultados do Ideb das escolas divulgados nos meios eletrônicos possibilitam que professores e gestores identifiquem qual a situação de suas unidades em relação a outras instituições e em relação às médias municipal, estadual e nacional. O mesmo pode acontecer com os sistemas de ensino. (CUNHA, 2012, p 57)

Os autores Werle (2015) e Audino (2015) indicam que: As diferentes formas de apropriação em nível de diálogo interno, indicam que os resultados do IDEB são considerados para o alinhamento da proposta pedagógica das escolas, estando este processo aberto para reformulações, para atender as expectativas de aprendizagens apontadas pelo corpo docente, as famílias e os alunos.

Com o resultado do IDEB a equipe que compõe a coordenação de uma escola pode avaliar o seu plano pedagógico e fazer melhoria nele com o intuito de alcançar um melhor desempenho dos discentes, isso feito a longo prazo tem o poder de mudar uma comunidade, pois com um ensino sendo aprimorado pode refletir na formação dos alunos.

Considerações Finais

Através dos dados levantados durante a pesquisa, foi possível perceber o quão grande é a importância de uma boa gestão nas escolas e os desafios enfrentados por um gestor para conseguir atingir uma boa administração da parte financeira e ao mesmo tempo ter que pensar em estratégias pedagógicas para aprimorar o ensino.

Uma escola com uma estrutura e um bom planejamento pedagógico

pode mudar completamente a realidade da região e comunidade que se encontra, formando indivíduos que consigam vencer os desafios diários e bem mais esclarecidos na vida, portanto, deve-se sempre se atentar nesse tema de gestão escolar e observar se os gestores estão realmente fazendo o seu papel corretamente e utilizando todos os recursos disponíveis a fim de solucionar os desafios existentes.

Com a criação de sistemas de avaliação com o resultado do IDEB dá para ter uma noção se a escola está sendo coordenada de maneira eficiente ou não, podendo fazer melhorias nos planejamentos com finalidade de alcançar melhores resultados em futuras avaliações, tudo isso com objetivo de ofertar uma educação de melhor qualidade e excelência.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria Cristina Munhoz. **GESTÃO ESCOLAR**. Curitiba, PR: IESDE, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL, 1996.

CERETTA, Maria José Dos Santos; JESUS, Anderson. Desafios da Gestão Escolar: Revista Virtual, 2018. Disponível em: <gestaouniversitaria.com.br> Acessado em; 18/04/2023.

CUNHA, Eudes Oliveira. A gestão escolar e sua relação com os resultados do IDEB: um estudo em duas escolas municipais de Salvador. 2012.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. 2.ed. São Paulo: Positivo, 2009.

MACHADO, Christian David; PROBST, Melissa. **A GESTÃO ESCOLAR NO SÉCULO XXI: OS DESAFIOS DOS NOVOS GESTORES**. Facipe: julho 2017.

OLIVEIRA, Ivana Campos; MENEZES, Ione Vasques. **REVISÃO DE LITERATURA: O CONCEITO DE GESTÃO ESCOLAR**. Rio de Janeiro: Cadernos de Pesquisa, v.48 n.169 p.876-900, 2018.

SOUZA, Ângelo Ricardo. Perfil da Gestão Escolar no Brasil. 2007. 333 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

WERLE, F. O. C.; AUDINO, J. F. Desafios na gestão escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 125–144, 2015. DOI: 10.21573/vol31n12015.58921. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/58921>. Acesso em: 24 jun. 2023.

MUDANÇAS NA ROTINA DE DIRETORES ESCOLARES DURANTE A PANDEMIA DE CORONAVÍRUS (COVID-19): UMA NOVA ADAPTAÇÃO EM MEIO A DIVERSOS PROBLEMAS ESTRUTURAIS E TECNOLÓGICOS

Bianca Martins Santos¹

Quitéria Daniela França Barbosa²

Natercia de Andrade Lopes Neta³

Introdução

“A educação não tem preço. A sua falta tem custo.”

Antônio Gomes Lacerda

A pandemia pelo coronavírus (COVID-19) acarretou um cenário inédito de isolamento social, com uma rápida modificação para o ensino remoto e uma colisão enorme no aspecto emocional de milhões de estudantes e educadores, quando abordamos acerca da educação. Diversos profissionais, incluindo aqueles que estavam na linha de frente, sofreram drasticamente para que pudessem mudar e se adaptar a todo esse novo contexto. E, para complicar mais ainda nossa vida, sofremos de maneira radical com as famosas *fake news*, o que impossibilitou mais ainda o trabalho e toda a organização. Acreditávamos em tudo que era passado para nós e, por incrível que pareça, acabávamos propagando ainda mais esse vírus quando repassamos essas notícias para diversas outras pessoas.

Para Osterholm,

1 Graduanda em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL.

2 Graduanda em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL.

3 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL. E-mail: natercia.lopes@uneal.edu.br.

Em qualquer pandemia é fundamental haver uma liderança eficiente, e a primeira responsabilidade do presidente ou líder de qualquer nação é oferecer informações atualizadas e precisas, providenciadas por especialistas em saúde pública, não por agentes políticos orientados por outras agendas. É muito melhor dizer que não sabe determinada coisa, mas que está procurando a resposta, do que apresentar um discurso vago que vai ser desmentido pelo próximo ciclo de notícias. Se um presidente sacrifica a própria credibilidade, o público não sabe a quem recorrer. Mas vários estudos já mostraram que, munidas de informações honestas e francas, as pessoas não entram em pânico e aprendemos a trabalhar juntos. (OSTERHOLM, 2020, p. 12)

Foram dias difíceis para muitas pessoas e, claro, para todos aqueles que possuíam uma profissão e não podia ficar sem executá-la, tendo em vista que uma das medidas de proteção propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) era o distanciamento social, evitando assim, a propagação em larga escala do vírus, em virtude disto, precisávamos nos adaptar de maneira rápida e necessária ao ensino remoto, tendo em vista que contatos físicos naquele momento, era crucial para o acréscimo da doença.

Porém, a educação necessita continuar, não podíamos parar. E como nos adaptarmos a essa nova fase? Como os educadores e toda a comunidade escolar fez para continuar? Considerando que o ambiente escolar contempla a todos, e não somente aos estudantes, sabendo-se que muitos outros profissionais deixam seus filhos na escola para que possam trabalhar e, claro, este é outro problema que sofremos na pandemia e que, na maioria das vezes, nem pensamos sobre ele.

Outro exemplo: em muitos contextos de assistência hospitalar, até 35% das pessoas das equipes de enfermagem têm filhos em idade escolar e, destas, até 20% teriam de ficar em casa com as crianças por falta de alternativas. Portanto, fechar escolas pode acarretar a perda de 20% da força de trabalho vital de enfermagem num momento de crise médica, e isso sem nem considerarmos os que perdemos em função da própria moléstia. Em todos os casos, portanto, é preciso uma avaliação cuidadosa e completa da totalidade dessas questões, e esse é um grande desafio. (OSTERHOLM, OLSHAKER, 2020, p. 16).

Por esse trecho, podemos compreender que tudo está interligado – se algo não funciona bem, conseqüentemente todo o resto também não irá funcionar. Por isso, devemos abordar a vida do gestor escolar em meio

a todo esse caos, a essa nova adaptação, não somente dele, mas de toda a comunidade escolar, que vivenciaram um momento difícil e de árdua adaptação. E isso não é simples, pois, envolve problemas de falta de infraestrutura, considerando-se que foi algo extremamente rápido e que não houve tempo para adaptação e planejamento para que houvesse uma melhor organização, precisamos levar em consideração que muitos professores e, conseqüentemente, alguns outros profissionais que ali estavam integrados, não dispunham de conhecimentos básicos acerca da tecnologia, o que dificultava, definitivamente, o acesso e a participação ativa desses profissionais nos ambientes virtuais em que se era necessário para a continuidade da educação.

O momento pelo qual passamos indica um alargamento de uma enorme discrepância no desempenho educacional por todo nosso país, o que adiciona, cada vez mais, desafios ao fundamental papel da escola na busca por garantir a aprendizagem de qualidade a todos, com equidade.

O ensino remoto, mesmo naqueles locais em que a gestão possa ter tido um ótimo planejamento e seja executado, há menores chances de gerar uma participação dos estudantes, sabendo-se que existem famílias com condições inferiores de acesso à infraestrutura de qualidade para que haja a participação e engajamento, levando em consideração que muitas famílias, incluindo aquelas mais vulneráveis, ficavam mais omissas. Apenas aqueles estudantes que concluíram a educação básica na pandemia sabem o quão complicado foi para que pudéssemos manter todos os estudantes nas aulas remotas de forma ativa. Trabalhamos de forma coletiva de todas as formas possíveis para mantermos esses estudantes ligados à educação.

Metodologia

Buscando compreender todos esses fatos, procuramos questionar alguns profissionais da área da educação que estiveram ligados efetivamente à escola durante e depois da pandemia, incluindo professores e gestores escolares da rede estadual de ensino, procuramos saber quais foram os desafios enfrentados, tendo em mente a falta de infraestrutura, a busca constante para que pudessem manter os estudantes vinculados à escola e todo o processo árduo pelo qual passaram.

Resultados

Em busca de respostas para nossa pesquisa, questionamos alguns professores acerca do papel vivenciado em tempo pandêmico. A primeira entrevista foi com EVS ex-diretora da EEPMFS onde fica situada em Santana do Ipanema, no estado de Alagoas. EVS esteve à frente da direção no período de 2015 a 2021. Buscamos, então, compreender a respeito das dificuldades que foram vivenciadas no período de sua gestão, considerando que exerceu essa função em período flagelo e, através de nossa pesquisa, ela concluiu:

Foi um momento de grandes desafios, onde foi preciso nos reinventamos. Aprender a lidar com as novas tecnologias, despertar o interesse nos alunos para continuar os estudos, mesmo diante de tantas dificuldades. Alunos sem acesso à internet, sem aparelho que proporcionasse o uso, para as atividades remotas. Professores encarando o desafio, abrindo-se para o novo. Entrega de roteiros de estudos, em pontos de referência (mercado, ASC, associação comunitária). Parcerias que nos ajudaram nesse processo. Alguns alunos entenderam o momento e davam retorno dos retornos, outros (a minoria) ignorava.

Em meio as inúmeras dificuldades encontradas, EVS nos mostra uma mensagem de esperança que repassou a toda comunidade escolar durante o início da pandemia.

Com a pandemia da COVID-19, as escolas estão sendo convidadas a pensarem em outros tipos de estratégias e projetos que motivem os estudantes a usarem o celular ou demais ferramentas que tenham acesso para contribuir para esta adaptação e este aprendizado, além das redes sociais e aquém de apenas diversão. Quanto aos professores, estão tendo a possibilidade de reinventarem suas estratégias de ensino, suas formas de ensinar, suas metodologias, suas práticas convencionais. E na função de gestora, conhecendo bem a todos, nunca tive dúvida de que a família Escola MF e daria conta de todo este processo. Somos uma família, onde todos compreendem o seu papel e faz o que é possível para realizá-lo. Iniciamos as aulas remotas com várias dúvidas e ainda estamos no processo de aprendizagem, temos dúvidas, mas, nós apoiamos e buscamos sanar às principais dificuldades em conjunto. Porém, buscando sempre fazer o melhor para a nossa escola. Não tenho dúvidas que retornaremos mais fortalecidos e mais unidos e até mais dinâmicos.

Dando ênfase ao que EVS nos informou, podemos confirmar o

quão difícil o processo de ensino-aprendizagem se deu durante esse período. O gestor escolar e, conseqüentemente, todo o resto precisou se unir e buscar métodos que fossem eficazes para que esses estudantes não perdessem o vínculo com a escola. Assim como fora citado, os profissionais da educação lutaram bravamente para garantir que as atividades chegassem até esses estudantes, foi uma grande batalha.

Conversamos com um ex-diretor e professor de matemática da rede municipal e estadual de ensino da cidade de Olivença, cidade situada no estado de Alagoas, JDB. Questionamos a respeito das dificuldades que foram encontradas em sua gestão, e ele nos informou: *“Durante a pandemia da covid-19 enfrentamos grandes desafios para que a aprendizagem acontecesse. Mudar os hábitos e se adequar à nova realidade foi desafiador. Começar a usar máscaras faciais, higienizar as mãos rapidamente, manter o distanciamento social ou até mesmo o isolamento pessoal foi complicado. Realizar aulas remotas sem que a maioria dos alunos tivessem recursos tecnológicos não foi tarefa fácil, com tudo isso ficou a lição de que não se aprende sem que o aluno esteja na escola, com o professor, com a merenda e o contato e interação com o outro.”*

Para abrangermos nosso diálogo, conversamos com a professora G. T. P., professora de Língua Inglesa da rede estadual de ensino. G. T. P é formada em Letras-Português pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), possui mestrado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é especialista em ensino da Língua Inglesa pela Faveni e em Linguística Aplicada pela Faculdade Única de Ipatinga e, atualmente, é doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Em busca de respostas para nossa pesquisa, ela nos informou que: *“Primeiramente eu tive que fazer terapia porque o fato de não viver mais na correria e estar em casa o tempo todo afetou meu psicológico. Em segundo, trabalhar em casa com uma criança pequena foi ainda mais que desafiador, foram dias tensos. O fato de eu ser jovem e me adequar às tecnologias me ajudou bastante, pois aprendi com facilidade a usar as novas ferramentas de trabalho, no entanto, vi situações terríveis no meu ambiente de trabalho, professores que queriam até desistir da profissão por não conseguir usar os meios tecnológicos para dar aulas. Apostei em jogos, que eu mesma criei em no Google forms e em alguns apps. Sempre usei slides nas exposições online para chamar a atenção dos alunos e nos roteiros quinzenais, além de textos, mandava vídeos, músicas e até filmes para aprofundar o conhecimento. Por fim, a grande dificuldade mesmo era*

o silêncio e as câmeras fechadas.”

O professor DSN, graduado Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco (UPE), especialista em ensino de Biologia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi) e mestre em ensino de Biologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) nos passou informações valiosas acerca desse período, abraçou nossa pesquisa e teve imensas contribuições para tal. *“O período pandêmico foi repleto de desafios. E ter lecionado nessa época foi, com certeza, um dos maiores desafios enfrentados por mim enquanto professor. Não havia sido preparado para dar aula remotamente e tive que dedicar muito do meu tempo para buscar conhecimento acerca de softwares e plataformas que pudessem me auxiliar nesse processo; os estudantes, boa parte deles, não tinham acesso à internet, outros nem celular tinham, e daí a necessidade de buscar outras formas de chegar até esse aluno (através de apostilas), além disso, muitos dos que tinham acesso à internet não se esforçavam para participar das aulas/atividades. Uma das partes mais difíceis e estressante, foi, sem dúvida, ficar o tempo todo disponível para o estudante através das plataformas e WhatsApp, o que demandava muito mais tempo do que se estivesse dando aula presencialmente, e ainda ter que lidar com as mensagens e notificações ao fim de semana, de madrugada. Quando voltamos para o presencial, inicialmente, houve a necessidade de fazer rodízio de turmas, o que também demandou muito tempo e trabalho, tendo em vista que precisamos dar aula presencialmente e ainda atender os estudantes que estavam em casa. Sem contar ter que lidar com as medidas preventivas (que alguns alunos não seguiam as regras quanto a isso).”*

Análise e discussão de dados

Através desta pesquisa acerca dos problemas enfrentados por gestores escolares durante a pandemia, podemos evidenciar o quanto ela nos trouxe diversos problemas, grandes perdas, enormes adaptações e, sobretudo, aprendizados. Aprendizados? Sim. Aprendemos a trabalhar em grupo, a cooperar, a ter empatia. Há quanto tempo não fazíamos isso? Quando foi a última vez que paramos e repensamos sobre nossas ações? Isso faz muito tempo, mesmo. Tudo que os professores e gestores escolares citaram são grandes exemplos de superação, de força e garra. A análise que fazemos levando em consideração todas as informações coletadas é que foi um período de uma adaptação árdua, que levou tempo e paciência.

Considerações finais

Apesar de todas as enfermidades, mortes, perturbações e perdas educacionais e econômicas causadas pela Covid-19, a maior tragédia será “desperdiçarmos” esta crise não aprendendo nada com ela e não nos preparando para o futuro. A julgar pelo que nos mostra a história, é quase certo que seremos surpreendidos quanto ao micróbio ou cepa específicos a nos ameaçar com a próxima doença infecciosa amplamente disseminada. Mas será nossa responsabilidade e um risco para nós mesmos se não estivermos preparados para enfrentá-los com todos os planos e recursos que já sabemos que iremos precisar. Não podemos nos esquecer jamais que um micróbio perigoso em qualquer lugar do mundo hoje pode estar amanhã espalhado por todo o planeta, causando grandes catástrofes na humanidade, transformando nossas vidas em um verdadeiro pesadelo. Em virtude disto, precisamos levar esse conhecimento que muito doloroso foi para a vida, necessitamos buscar, cada vez mais, formas de adaptação para que, na próxima vez que tudo isso acontecer, estejamos preparados. Devemos buscar meios eficazes que façam com que surtos epidêmicos de doenças infecciosas sejam controladas em um estágio inicial para impedir que se tornem emergências de saúde pública que resulte em perda de vidas, que comprometam o desenvolvimento social, educacional e econômico e dê origem a crises humanitárias.

Referências

OSTERHOLM, Michael; OLSHAKER, Mark. **Inimigo mortal**. Rio de Janeiro: intrínseca, 2020.

HOOKS, Bell. **A educação como prática de liberdade**. 2 ed. - São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2017.

ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede** – Revista de Educação a Distância, 2020.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

RELAÇÕES E CORRUPÇÕES QUE AFETAM A GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR

Flávio Henrique França de Araújo¹

José Igor dos Santos Marques²

Luiz Agostinho Lisboa Leite³

Messias Herculano da Silva⁴

Vitor Alves de Mendonça⁵

Natercia de Andrade Lopes Neta⁶

Introdução

O Sistema educacional do estado de Alagoas vem passando por uma série de modificações nos últimos anos, buscando o desenvolvimento do aprendizado e a melhoria dos coeficientes escolares dos alunos da educação básica. Dentro dessas modificações, que incluem a extensão das escolas em período integral e o desenvolvimento de novas disciplinas que buscam o desenvolvimento pessoal do aluno, há uma relação conturbada entre gestores escolares e professores. É importante ressaltar que essa relação conflituosa não é novidade no cotidiano das escolas, uma vez que o idealismo burocrático da administração escolar busca, através de cobranças incessantes aos professores, o melhor retorno possível para as gerências regionais de educação.

Desse modo, o presente artigo busca realizar um estudo sobre a

1 Discente do curso de Licenciatura em Matemática do Campus Palmeira dos Índios.

2 Discente do curso de Licenciatura em Matemática do Campus Palmeira dos Índios.

3 Discente do curso de Licenciatura em Matemática do Campus Palmeira dos Índios.

4 Discente do curso de Licenciatura em Matemática do Campus Palmeira dos Índios.

5 Discente do curso de Licenciatura em Matemática do Campus Palmeira dos Índios.

6 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL. E-mail: natercia.lopes@uneal.edu.br.

relação entre os Professores e os gestores escolares no cenário educacional atual das escolas do estado de Alagoas. Durante o desenvolvimento desse trabalho, utilizamos pesquisas bibliográficas e entrevistas realizadas com os professores e gestores das escolas da educação básica, iremos nos referir aos professores entrevistados como “professor 1”, “professor 2” e “professor 3” o mesmo processo será utilizado com os gestores a fim de preservar o anonimato evitando possíveis consequências para os entrevistados.

Para uma melhor organização deste artigo, subdividiremos o trabalho em três tópicos. Primeiramente, buscamos apresentar os conflitos existentes entre Professores e Gestores, analisando as suas possíveis causas. Durante a segunda parte abordaremos algumas alternativas que podem ser capazes de amenizar estes obstáculos para melhorar o desenvolvimento escolar. Por fim, descreveremos as opiniões dos professores e gestores sobre as soluções encontradas.

Acrescentamos ainda que os problemas abordados nesse artigo não devem ser observados como uma realidade geral das escolas do estado de Alagoas, mas como uma realidade existente nas escolas analisadas.

Obstáculos entre Gestão e Docentes

O afastamento existente entre a teoria e a prática acaba por evidenciar a falta de interação entre a teoria acadêmica e as dificuldades práticas vivenciadas pelo professor, Coelho (2015). Desse modo, em consonância com o raciocínio de Coelho (2015), um dos motivos para o distanciamento entre a gestão e os professores é o afastamento das preocupações da gestão escolar com relação ao cotidiano e às dificuldades enfrentadas diariamente pelos docentes.

Esse afastamento ocorre devido à necessidade das gestões escolares em apresentar resultados positivos às gerências regionais de educação do estado, que por muitas vezes se limitam apenas aos dados estatísticos, buscando criar uma imagem positiva para a educação alagoana, mesmo que esta se encontre em uma situação precária.

Com o desenvolvimento das políticas de globalização e das mudanças socioeconômicas e políticas ocorridas durante os séculos XX e XXI, a educação pública passou a adotar uma visão mais democrática

do ensino, denominada como gestão democrática, gestão participativa ou gestão compartilhada, Silva (2023). Essas políticas que buscam incentivar a participação de todos os indivíduos presentes no ambiente escolar na tomada de decisões da instituição educacional são capazes de aumentar a cooperação entre as gestões escolares e os professores, uma vez que ambos participam das escolhas institucionais de forma democrática.

Dessa forma, o projeto de gestão democrática se apresenta, em sua teoria, como uma possível alternativa para a solução dos problemas escolares. Porém, quando aplicado nas escolas, este propósito se corrompe diante da hierarquização das gestões escolares. Esse processo de hierarquização ocorre devido às antigas raízes das políticas educacionais do estado de Alagoas, em que os gestores escolares eram eleitos através da recomendação de entidades politicamente influentes.

Esses antigos servidores que ingressaram no cargo de gestão escolar por meio dessas relações políticas, realizaram articulações para a composição da gestão pedagógica e administrativa do ambiente escolar, criando assim uma relação de dependência e de favoritismo nas escolas.

Diante desse cenário de corrupção, a gestão democrática foi inserida nas escolas e divulgada nos meios educacionais e midiáticos sob uma falsa impressão de sua real efetividade, uma vez que, mesmo com a votação democrática, os indivíduos que compõem a gestão pedagógica e os demais servidores possuem relações de dependência com os atuais gestores, o que pode influenciá-los durante as votações escolares.

Quanto aos professores, estes também são coagidos a apoiar a atual gestão, uma vez que esta possui grande influência sobre a administração escolar, responsável pela resolução de problemas burocráticos e organização dos horários dos docentes. Dessa forma, os gestores podem manipular os horários e dificultar os trâmites burocráticos dos professores que discordam da gestão escolar atual. Referente aos representantes dos pais, estes são manipulados midiaticamente, através de uma falsa imagem do sistema de ensino gerada pelas gerências regionais.

A gestão democrática propõe a eleição democrática do Diretor escolar pelo voto dos membros dessa comunidade (Coordenação pedagógica, Professores, Representantes dos pais, Alunos, Funcionários). No entanto, devido ao sistema de corrupção e influência nas escolas públicas, os atuais

diretores são capazes de manipular as eleições e permanecer no cargo, encobertos por uma falsa imagem democrática.

Dessa forma, esse conglomerado de articulações que desvirtua o real objetivo da gestão democrática atinge diretamente as relações de vivência entre os professores e os gestores, assim como afirma Libanêo (2004, p.31), “o estilo de gestão adotado pela direção influencia as interações entre as pessoas (professores, alunos, funcionários), determinando as mais variadas práticas e formas de relacionamento”.

Frente à essas problemáticas enfrentadas, é importante não partir da perspectiva do professor enquanto ser passivo, ou seja, que apenas sofre com o sistema corrupto e suas consequências nas escolas, mas compreender que este professor por muitas vezes se relaciona e acaba contribuindo para propagação da corrupção escolar.

Esse processo ocorre na medida em que os docentes não desempenham nas escolas o papel de representatividade dos seus interesses, não questionando ou confrontando as decisões da administração, mesmo que esse processo de denúncia e confronto com a gestão escolar acarrete uma série de consequências para o corpo docente da escola. Existem ainda professores que se favorecem através desse sistema de corrupção, buscando firmar relações com a direção e a administração das escolas, estes docentes buscam, através dessas relações, sair do ambiente de sala de aula assumindo posições administrativas.

Diante desse cenário conturbado é visível que para que haja uma melhora nas relações entre professores e gestores é indispensável que ocorra uma quebra nesse ciclo de relações e corrupções que afetam diretamente o ambiente educacional.

Propostas solucionadoras da problemática

Desse modo, neste tópico nos questionaremos acerca das possíveis alternativas solucionadoras dessa problemática e as suas possíveis consequências geradas.

Em um primeiro momento a renovação do quadro de funcionários através de novos concursos públicos realizados com o passar dos anos é capaz de combater a corrupção escolar uma vez que esses novos

funcionários, assumindo cargos de administração, serviços gerais e docência, independem de vínculos com os demais funcionários já estabelecidos nas instituições de ensino, não sofrendo assim influência durante as votações democráticas escolares.

Com a renovação do quadro de funcionários surgem duas novas problemáticas, primeiramente mesmo com a entrada desses novos servidores nas escolas a antiga administração ainda permanece na instituição de ensino e dessa forma ainda é capaz de realizar articulações sobre os novos funcionários.

Um segundo obstáculo é a influência dos diretores escolares sobre a avaliação dos novos funcionários durante o período de estágio probatório, sendo estes capazes de devolver os professores para as gerencias regionais afirmando que não ocorreu uma adaptação adequada do novo funcionário ao quadro de servidores antigos, fazendo com que o professor devolvido fique em disponibilidade para que seja alocado em outras escolas do município, de modo que como os demais funcionários que adentraram no mesmo concurso público já foram alocados nas escolas com carência cabe a esses funcionários devolvidos serem alocados em escolas distantes ou terem a sua carga horária dividida entre duas escolas dificultando assim as suas jornadas de trabalho. Desse modo, mesmo com a troca do quadro de funcionários as relações de dependência institucionais prevalecem e conseqüentemente a teia de corrupções.

Diante dessas novas dificuldades encontradas, uma possibilidade para a resolução desses novos problemas é o estabelecimento de um novo agente nas escolas responsável pelo processo de fiscalização e constatação da veracidade das informações divulgadas pelas escolas, combatendo assim os problemas de influência entre servidores e incapacitando as relações de dependência dos novos servidores com os diretores escolares.

Perspectiva dos docentes e gestores sobre as soluções apresentadas

Neste tópico, analisaremos as opiniões dos professores e gestores das escolas acerca das soluções apresentadas anteriormente.

Durante a apresentação do nosso modelo de solução obtivemos 3 opiniões entre os docentes, que descreveremos abaixo:

Professor1: “Pode ser muito bonito o que vocês apresentaram na teoria, mas na realidade o estado nunca vai querer aplicar uma coisa que vai prejudicar ele mesmo.”

Durante essa fala do “Professor 1”, que é um novo funcionário na rede de educação, podemos observar a existência de uma grande descrença na solução do problema, esse sentimento pode ser gerado devido a um conjunto de fatores dentre eles identificamos o sentimento de falta de representatividade nas classes políticas dos docentes e até mesmo no próprio sindicato dos professores, porém a causa que se destaca de forma mais evidente são as grandes teias de articulações capazes de conter ou omitir as denuncia e problemas existentes no sistema educacional.

Professor 2: “Eu entendo os problemas que vocês mostraram, mas hoje ainda é muito bom, ruim era antigamente onde a gente podia perder o emprego do dia pra noite se não fizesse o que esse povo (Diretores) manda, as vezes é melhor não mexer com o que tá quieto pra não piorar”

Nessa fala podemos identificar um grande receio e conformismo com a situação atual, acreditando que mesmo que as condições existentes não seja ideais estás não deveriam ser questionadas ou reivindicação, devido a possibilidade de uma piora nas condições de trabalho. Podemos notar ainda que, este professor já se encontra presente na rede de ensino durante um longo período e dessa forma está familiarizado com os problemas enfrentados.

Professor 3: “Se tivesse gente pra fiscalizar não ia mudar em nada, eles iriam se corromper do mesmo jeito e pior iam ajudar o sistema de corrupção.”

Esse professor destaca a capacidade de articulação do sistema de corrupção sendo capaz de englobar a solução apresentada e desse modo tornando o sistema ainda mais eficaz.

Durante o diálogo com esses três professores fomos capazes de identificar fatores em comum como a aceitação dos problemas enfrentados devido ao sentimento de incapacidade de agir devido a força do sistema de corrupção, juntamente com o medo das consequências que o processo de denúncia pode acarretar.

Referente aos gestores coletamos entrevistas e diálogos informais com três gestores, destacamos aqui a dificuldade em encontrar gestores

que se dispusessem a falar sobre o tema o que sugere de início a existência de uma sensibilidade com relação a problemática. Analisaremos abaixo três falas dos gestores entrevistados:

Gestor 1: “Aqui na escola o pessoal da gestão tenta fazer o possível, pra amenizar o lado dos professores, mesmo assim a gente também é muito cobrado se não apresentar resultado”

Nessa fala o “Gestor 1” tenta destacar que muitos professores destacam as cobranças incessantes da gestão pedagógica por mais resultados, porém sem considerar as complicações que são acarretadas pela gestão escolar caso não sejam apresentados resultados positivos nas notas dos discentes.

Gestor 2: “Na nossa gestão não ocorre esses tipos de corrupção, aqui a gente busca sempre melhor com a ajuda de todo mundo”

Nesse caso o “Gestor 2” entra em discordância com os demais funcionários da escola, seja por desconhecimento ou medo das consequências do possível relato desse sistema, afirmando a inexistência de um sistema de favorecimento ou troca de favores.

Gestor 3: “Assim, tanto aqui como em qualquer outro lugar existe um pouco de ajuda pra quem tá mais próximo de quem está no poder, mesmo com essa proposta de solução que vocês trouxeram a situação não vai mudar.”

Esse gestor demonstra, assim como na maioria dos professores, um conformismo com relação ao problema, justificando que independente das soluções abordadas a corrupção nas escolas vai continuar.

Ao analisar as falas dos gestores é perceptível a predominância da negação da problemática tentando constatar a sua inexistência ou a sua generalidade, sendo presente em todas as gestões.

Ao observarmos as opiniões dos gestores e professores em conjunto encontramos discordâncias, os professores buscam se desassociar das relações de corrupção relatando a existência do sistema de forma independente da sua participação. Já os gestores buscam afirmar a inexistência desse sistema tornando a cobrança constante como algo comum as administrações escolares em razão da necessidade de melhorar o aprendizado dos alunos. Em ambos os casos tanto gestores como professores buscam se isentar dos problemas escolares demonstrando assim não uma preocupação com o

aprendizado dos alunos ou o desenvolvimento do ambiente escolar, mas sim uma necessidade de não serem responsabilizados pelas consequências acarretadas pela corrupção escolar.

Considerações finais

Frente as considerações e resultados encontrados anteriormente é perceptível a existência de uma complexa teia de corrupção no sistema educacional do estado de Alagoas, que está alicerçada nos servidores fundamentais para o seu funcionamento como gestores e professores, afetando diretamente as relações dentro do ambiente escolar.

Por fim, mesmo com a força e complexidade desse sistema de corrupção ainda existem alternativas que podem ser capazes de combatê-los desde que possuam o apoio das entidades que compõem o corpo escolar.

Referências

CELHO, Fabiana. O Cotidiano da Gestão Escolar: o método de caso na sistematização de problemas. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 4. p. 1261-1276, out./dez. 2015.

LIBANEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. Ed. revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

SILVA, Mateus. **Os Desafios da Gestão Democrática na Educação Básica da Rede Estadual Paulista: Um estudo de caso sobre a região de Taquaritinga - SP**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp). São Paulo, p. 127. 2023.

OÁSIS - GESTÃO ESCOLAR, EDUCACIONAL E ESTRUTURA SOCIAL

*Edineide dos Santos Souza*¹

*Edivaldo Santos do Nascimento*²

*Lucas de Oliveira Pinto*³

*Maria Silvânia da Silva Alves*⁴

*Nathália Ranielle Lemos da Silva Barros*⁵

*Natercia de Andrade Lopes Neta*⁶

Introdução

Em meados das décadas de 1960 a 2000 em uma das principais ruas da comunidade, Chico Nunes ou a famosa “Rua da Gandaia”, era o centro da prostituição, onde muitas mulheres passaram a se prostituir para conseguir sobreviver, após sofrer com o abandono familiar, abusos, deixadas após uma situação de traição ou até por passar por um contexto de

1 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios - AL. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2867513586476943>.

2 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios - AL. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8529874467172930>.

3 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios - AL. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8022808036401048>.

4 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL de Palmeira dos Índios-AL. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2243983792399835>.

5 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL de Palmeira dos Índios-AL. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6669616062639882>.

6 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL. E-mail: natercia.lobes@uneal.edu.br.

vulnerabilidade foi a única saída para conseguirem se manter. Os prostíbulos eram regidos pelos seus senhores, eles eram responsáveis pelo espaço, as mulheres tinham que seguir as ordens dos ditos patrões, lá tinham que se prostituir e induzir os clientes a gastarem dinheiro com bebidas, drogas e aluguel dos quartos que serviria de motel para o trabalho sexual.

Segundo o site, o conceito de *Oásis* se trata de uma pequena região com área fértil que se encontra num deserto devido a ali ter água. Esse termo tem sua origem na língua egípcia e possui o significado de “lugar fértil”. Assim como o próprio nome já diz a Escola Oásis também sempre foi um lugar fértil. A fundação da escola foi uma necessidade “gritante” diante da realidade de muitas crianças de mulheres que trabalhavam como prostitutas e não tinham onde deixar seus filhos(as) para passar o dia, enquanto as mães se prostituíam.

Antes da fundação da escola as crianças eram obrigadas a ficarem escondidas em porões existentes em baixo dos prostíbulos. Crianças indefesas de mães escravizadas no sexo. Qual seria o futuro dessas crianças se não fosse a criação desta escola? Quais sonhos poderiam sonhar?

De início a escola era apenas um Movimento voltado apenas na atenção das crianças, no ensino, leitura, escrita e brincadeiras, visto que praticamente moravam na escola. Devido ao sucesso movimento, foi ampliando a atuação, e além das crianças, as mães também tiveram acesso à aprendizagem, e cursos profissionalizantes com intuito de gerar oportunidades de transcender dos prostíbulos em busca de uma vida melhor.

Entrevista realizada pelos estudantes Edineide dos Santos e Lucas de Oliveira

A entrevistada foi feita com uma ex-integrante de um dos prostíbulos onde a mesma relatou sobre os caminhos que levou ela e outras tantas mulheres à prostituição. Durante a conversa ela conta que foi abusada sexualmente por um dos filhos de sua madrasta, órfã de mãe, por volta de seus quatorze anos foi expulsa de casa pelo próprio pai que não queria estragar seu novo casamento. Então, caminhou a pé para a cidade Palmeira dos Índios, ao chegar na cidade passou as primeiras noites nas ruas até receber o convite para trabalhar em um dos prostíbulos, como pagamento teria teto e alimento, conta que não pensou duas vezes aceitando

e começando a trabalhar imediatamente. O dono do espaço passou à explora-la, com o tempo a referida foi se entregando a vida por conta dos desgostos e da realidade em que se encontrava, sem pai, sem mãe, sem teto e sem dinheiro para se manter, continuou trabalhando nesse meio.

Com o passar do tempo a moça foi se tornando mulher e até chegando a ter um triste título de melhor prostituta de toda a rua, sendo assim, a procura pelos serviços dela aumentará e também a dificuldade em conseguir sair dos prostíbulos e seguir outra vida. Ainda segundo a mesma, o dono do estabelecimento sempre dava um jeito de manter todas as prostitutas sempre endividadas com o mesmo, uma forma de manter elas escravas como forma de pagamento de dívidas. Na época os preservativos eram uma realidade distante, acabavam engravidando e pela quantidade de clientes que atendiam por noite, nem sabia quem era o pai das crianças, sabendo que os filhos iriam atralhar os serviços a única solução era abortar, sendo que na maioria das vezes não dava certo e as crianças nasciam, conseqüentemente elas eram obrigadas a jogarem essas crianças em uma fossa que ficava por trás do prostíbulo, para elas era uma dor imensurável, ver os seus filhos sendo brutalmente assassinados, na maioria das vezes pelas próprias mães, tendo como único objetivo sobreviver. Algumas crianças eram criadas dentro do próprio prostíbulo, muitas delas tinham seus filhos no mesmo espaço onde realizavam desejos dos clientes que as procuravam.

Em meados do ano de 1980 na rua Chico Nunes chega a comunidade uma figura anônima que teria papel fundamental no desenvolvimento educacional, social e humano na vida das pessoas que viviam nesta comunidade, a colaboradora Salete, vendo a situação de vulnerabilidade social da comunidade começou a trabalhar ao lado da educadora Eunice, cujo objetivo era não só alfabetizar, mas principalmente lutar pelos direitos básicos que todos os seres humanos têm. Foi uma luta não só por educação, mas por dignidade para aquelas mulheres que viviam em situação de escravidão sexual. Muitas mulheres eram agredidas por autoridades policiais que deveriam exercer o papel de proteger e garantir a segurança não só do bairro mas das mesmas como cidadãs, ao invés disso faziam o contrário, exploravam-nas sexualmente e ainda deixavam o pagamento dos quartos alugados por conta delas.

No mesmo ano surgiu o movimento pelo desenvolvimento

comunitário que lutava pelos direitos e pela cidadania, esse movimento era composto por um grupo de senhoras da Igreja Batista que realizavam visitas nos bairros carentes do município de Palmeira dos Índios - AL. As mães dessas crianças enxergaram no trabalho dessas senhoras uma oportunidade de mudança, logo pediram para que elas realizassem alguma atividade para educar e retirar as crianças daquele local, foi a partir daí que o movimento comunitário se mobilizou para fazer um levantamento de quantas crianças estavam frequentando os bares e com esse levantamento tiveram a ideia de organizar uma escola.

“A educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem” (FREIRE, 1967.), bastou um olhar de empatia para transformar a realidade das crianças e também de adultos que viviam na rua Chico Nunes em situação de fragilidade, o trabalho realizado pelo Movimento Pró-Desenvolvimento Comunitário (MPDC) foi essencial para o desenvolvimento educacional da comunidade da Cafurna.

Início da escola gestão da escola Oásis

A escola surge com a demanda imposta pelas mães daquela comunidade assolada pela desigualdade social e pela vulnerabilidade das crianças que vivia e conviviam dentro dos prostíbulos. Recursos que recebidos para manter o espaço da escola eram de três instituições onde financiavam todas as atividades e o funcionamento da escola. Os primeiros recursos foram de um grupo de irmãs renovadas da Holanda que por sua vez tinha uma ligação com a primeira Igreja Batista de Palmeira dos Índios, logo depois da Visão mundial e também da UNICEF. Essas três instituições durante os 10 primeiros anos foram financiadoras do Movimento e em seguida escola Oásis, mantendo suas atividades.

Gestão da escola Oásis: criação e dias atuais

De uma forma democrática foi escolhida para assumir a direção da escola recém-criada e intitulada escolinha pé no chão a diretora Elba Alves, que assumiu a direção da escola ainda não municipalizada, Elba também desenvolvia diversas atividades no movimento pró-desenvolvimento comunitário, levando em consideração que a escola dela como

diretora da escola foi totalmente democrática. Com a municipalização da escola Elba continuou na direção da escola que já nomeada Oásis.

Elba com muitas demandas tanto da escola como do movimento teve que sair da direção da escola e dedicar-se um pouco mais as questões do movimento, que mesmo com a municipalização da escola sempre foi presente na caminhada da escola. Novamente de uma forma democrática foi escolhida a nova diretora da escola, senhora Cristina, que de uma forma democrática foi eleita para está a frente desse cargo. Vale ressaltar que mesmo municipalizada a escola nunca foi afastada das funções do Movimento. Atualmente está a frente desse cargo a diretora Maria das Graças, que como todas as escolhas anteriores, eleita de forma totalmente democrática, com participação da comunidade, Movimento, alunos e professores.

Por ser uma escola de criação não do município e sim de um movimento que teve início na comunidade, tinha suas próprias leis de direção e metodologias de ensino/aprendizagem como também os seus meios formativos e de capacitação para seus docentes, meios esses que eram voltados para a realidade da comunidade e do movimento regente. Com a municipalização aumentaram as capacitações, porém sem deixar de fora o movimento e a realidade da comunidade, o município oferecem as capacitações, entretanto os professores tem obrigação participar das formações que o movimento organiza.

Escola, aluno e busca ativa

Desde sua fundação a Escola Pé no Chão até chegar ao novo nome de Escola Oásis e como nos dias atuais, desenvolve um trabalho belíssimo voltado para a área social e escolar, desde sua criação, antes mesmo da escola, sempre existiu um projeto de busca ativa em conjunto com os gestores do movimento na qual se faz um monitoramento dos alunos, se o aluno falta mais de 3 dias na escola esse grupo já é acionado para ir até a residência da criança saber o motivo. Por ser uma área ainda de muita vulnerabilidade existem diversos casos que ocasiona a não presença dos alunos, por falta de alimento em casa, por questões de saúde e etc. Esse grupo é capacitado para tentar sancionar essas situações. Questões com as notas e o rendimento dos alunos e demais necessidades a serem apresentadas.

Gestão democrática e projeto político pedagógico (PPP)

A escola desde sua criação até os dias atuais tem sua gestão totalmente democrática, a escola de sua direção sempre envolveu a direção vigente, coordenação do MPDC, com a participação da comunidade. Possui o seu PPP que foi construído democraticamente com a presença de todos, desde gestão da escola, ao movimento e até as famílias da comunidade. O PPP é revisado anualmente e reestruturado de acordo com a realidade vivida naquele período e ampliado suas ações.

A gestão da escola é bem compartilhada, pois ela vai além do quadro de funcionários do espaço, tendo a presença direta e ligada do movimento. A escola tem sua direção composta por diretora, secretaria e coordenadora pedagógica e também da presença do movimento pró-desenvolvimento comunitário.

Gestão e conselho

Existe um conselho gestor na escola que acompanha diversas atividades, entre elas a gestão financeira da escola, mesmo com tantas dificuldades que se tem em relação as finanças, a escola recebe um recurso anual vindo do Ministério da Educação, esse recurso é destinado para um plano de gasto que é feito com antecedência diante de um levantamento das necessidades estruturais da escola. Tendo em vista que o prédio não é do município, mas sim do movimento, toda e qualquer ação de reforma do prédio é de inteira responsabilidade do movimento, a prefeitura arca com os demais gastos que a escola necessita.

Conclusão

A história da Escola Oásis⁷ nos mostra o quão importante se faz a educação de modo geral na sociedade, tornando base para qualquer expectativa de melhoria de vida.

A gestão democrática está baseada na coordenação de atitudes e ações que propõem a participação social, ou seja, a comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários), é

7 <https://vimeo.com/466320870>. <https://conceito.de/oásis>.

considerado sujeito ativo em todo o processo de gestão, participando de todas as decisões da escola. Isso faz com que todos participem e possam decidir juntos as melhorias para os alunos. Uma escola que tem a participação de todos tem resultados mais significativos para toda sociedade.

Sendo assim, chegamos a conclusão que um passo primordial para qualquer criação e/ou decisão relacionado no âmbito escolar se faz necessário conhecer suas necessidades e quais públicos alcançados com tal tomada de iniciativa. A gestão de qualquer órgão seja ele público ou privado independente do seu tamanho, requer atenção e integração com a comunidade a qual esteja integrada.

Referências

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR COMO FERRAMENTA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Augusto de Almeida Barros Soares¹

Moizeis Veiga Ferreira²

Tácio Barros da Silva³

Natercia de Andrade Lopes Neta⁴

Introdução

A educação, como peça fundamental na construção do cidadão autônomo e crítico é direito garantido pela Constituição Federal, e como vertente complexa em estrutura organizacional, caracterizada pelo contato entre indivíduos e ambiente, requer profissionais capacitados para exercer cargos na gestão dos processos educacionais, tanto no âmbito pedagógico, como físico e social da escola, além de um órgão colegiado capacitado e imerso à realidade social local. O presente artigo versa sobre algumas das atribuições do gestor escolar e do conselho escolar, bem como sobre a importância do órgão colegiado como ferramenta para manter a boa gestão, democrática e eficiente para proporcionar a melhor qualidade de ensino possível, desenvolvimento cultural, e o bom uso do dinheiro público destinado à educação. A relevância do estudo da temática é visível no âmbito da importância da educação para o desenvolvimento social, bem como a

1 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios - AL.

2 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios - AL.

3 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios - AL.

4 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL. E-mail: natercia.lopes@uneal.edu.br.

necessidade de refletir sobre o papel do gestor e do conselho escolar, enfatizar a importância e incentivar a participação de membros da comunidade na construção de uma gestão democrática e manutenção do ensino.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica de trabalhos relacionados à temática de gestão educacional, em que se desenvolveu esse artigo de revisão voltando a atenção para o que diversos autores tomam como definição do papel dos profissionais, atribuições legais dispostas em documentos oficiais, concepções sobre a gestão democrática e as contribuições da participação popular no âmbito.

Gestão Democrática

A partir da Constituição Federal de 1988 a educação ganhou ainda mais atenção nos embates sociais e políticos, a escola passa agora a ser responsabilizada pelo dever de assegurar o direito do aluno de aprender. Para garantir uma qualidade de excelência do ensino, diversas discussões sobre a gestão escolar se deram ao longo dos anos, dando ênfase a um aspecto democrático e pondo em questão a realidade sociocultural dos estudantes.

LÜCK (2009, p. 24) ao definir a gestão tem a nos dizer:

Gestão é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e comprometido com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados) e autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações).

Como pontuado, há grande complexidade no processo de gestão e logo faz-se necessário que o profissional responsável por gerir possua competências e habilidades que lhe permitam exercer forte liderança para garantir uma construção efetiva da escola, o cumprimento das normas do sistema de ensino e os princípios da gestão democrática e participativa. Como atribuições do gestor escolar, Libâneo (2004) destaca:

1. Supervisionar e responder por todas as atividades administrativas e pedagógicas da escola bem como as atividades com os pais e a

comunidade e com outras instâncias da sociedade civil.

2. Assegurar as condições e meios de manutenção de um ambiente de trabalho favorável e de condições materiais necessárias à consecução dos objetivos da escola, incluindo a responsabilidade pelo patrimônio e sua adequada utilização.

3. Promover a integração e a articulação entre a escola e a comunidade próxima, com o apoio e iniciativa do Conselho de Escola, mediante atividades de cunho pedagógico, científico, social, esportivo, cultural.

4. Organizar e coordenar as atividades de planejamento e do projeto pedagógico-curricular, juntamente com a coordenação pedagógica, bem como fazer o acompanhamento, avaliação e controle de sua execução.

5. Conhecer a legislação educacional e do ensino, as normas emitidas pelos órgãos competentes e o Regimento Escolar, assegurando o seu cumprimento.

6. Garantir a aplicação das diretrizes de funcionamento da instituição e das normas disciplinares, apurando ou fazendo apurar irregularidade de qualquer natureza, de forma transparente e explícita, mantendo a comunidade escolar sistematicamente informada das medidas.

7. Conferir e assinar documentos escolares, encaminhar processos ou correspondências e expedientes da escola, de comum acordo com a secretaria escolar.

8. Supervisionar a avaliação da produtividade da escola em seu conjunto, incluindo a avaliação do projeto pedagógico, da organização escolar, do currículo e dos professores.

9. Buscar todos os meios e condições que favoreçam a atividade profissional dos pedagogos especialistas, dos professores, dos funcionários, visando à boa qualidade do ensino.

10. Supervisionar e responsabilizar-se pela organização financeira e controle das despesas da escola, em comum acordo com o Conselho de Escola, pedagogos especialistas e professores. (LIBÂNEO, 2004, p. 217)

Partindo do pontuado, é possível notar que são diversas as atribuições do gestor, porém, apesar de ser peça fundamental no processo de gestão, algumas de suas competências estão ligadas à inserção da sociedade geral no âmbito escolar. É responsabilidade do gestor tomar iniciativa na formação de um conselho escolar, destacando que a participação do coletivo no processo de gestão e manutenção do ensino é enriquecedora a nível de democratizar as decisões tomadas na esfera, e adaptar concepções

de educação às particularidades da comunidade.

Para gerir o âmbito escolar é necessário contar com a participação efetiva de todos os membros da comunidade, priorizando a participação coletiva no modelo de organização, para garantir diversos pontos de vista que possam auxiliar na resolução de problemas e no planejamento de ações para o desenvolvimento educacional, e isso define-se como uma gestão democrática, abordada nos artigos 14 e 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB-9394/96 que determina:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Desta forma, podemos perceber que as escolas possuem autonomia na delimitação de normas de sua gestão democrática, desde que siga os princípios garantidos por lei e obedecendo suas próprias particularidades.

Construir um espaço de gestão democrática é uma tarefa complexa e exige contribuintes preparados. O corpo docente, por exemplo, precisa estar dialogando com filósofos e pensadores da educação para desenvolver concepções do presente e do futuro, os demais componentes trarão discussões técnicas, experiências cotidianas e a realidade social do local, visando uma adequação sensível para o desenvolvimento dos alunos dentro e fora da escola.

Por meio de reuniões do colegiado, será despertado o sentimento de participação e autonomia crítica dos processos que ocorrem no ambiente escolar, possibilitando uma construção social mais imersiva. Isso vai ao encontro do dever da escola, pontuado na Constituição Federal de 1988 e ratificada na LDB/1996, de construir um Projeto Político Pedagógico (PPP) que leve em consideração os anseios da sociedade, incorporando as boas ideias apresentadas e selecionadas por um processo democrático,

participativo, e bem estruturado. Tudo deve convergir para a melhoria constante do âmbito educacional, visando preparar e exercitar capacidades que permitam aos alunos exercerem sua cidadania. Além disso, por meio do que é disposto no PPP, a comunidade deve possuir conhecimento sobre questões administrativas para fiscalizar as ações do gestor em relação à aplicação de verbas, materiais, bem como a comprovação da eficácia administrativa, garantindo o cumprimento de suas funções e o combate à corrupção.

A importância do Conselho Escolar na Gestão

Como garantia social, é de grande valor para a melhoria da qualidade de ensino a incorporação de concepções oriundas do contato entre profissionais e pessoas inseridas na comunidade. Por meio da construção conjunta dessas concepções, a sensibilidade em relação às demandas sociais locais é alcançável de maneira inatingível de outra forma.

Riscal e Luiz (2016, p. 151) em sua pesquisa concluem que, a partir dos resultados de sua base de dados composta por informações provenientes das avaliações de efetividade das escolas, é notável que a implementação da gestão escolar democrática proporciona efeitos positivos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Os autores ainda evidenciam que, apesar de não se tratar de um fator dominante, e com diferenças entre esferas de atuação do conselho escolar nos níveis da educação básica, as escolas nas quais há participação regular e que possuem um Projeto Pedagógico que conta com contribuições da comunidade apresentam uma tendência de melhor IDEB, além de pôr em destaque, a importância dessa prática de gestão democrática como fator contribuinte para a sociedade no geral, e como consequência secundária, o cumprimento de objetivos traçados pelas políticas públicas no âmbito da educação.

Ao imergir membros da comunidade de forma ativa para a formação de um órgão colegiado, que contará com a participação de profissionais da educação, no qual todos devem estar antenados sobre as demandas sociais, bem como seguir o disposto na legislação vigente, em diálogo constante sobre concepções de ensino e melhorias na própria organização educacional, os conselhos escolares assumem um ponto estratégico para

manter a boa gestão, tendo em vista que suas contribuições serão em diversas esferas, possibilitando um processo de melhoria constante da escola, tanto no âmbito da gestão, quanto da própria política pedagógica. Segundo Paulo Freire (2002):

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. (FREIRE, 2002, p. 42).

O conselho escolar deve ser um portal para que as demandas sociais, concepções pedagógicas e discussões na esfera da educação sejam ouvidas, convergindo para a garantia da qualidade do ensino. A voz ativa da comunidade deve ser respeitada ao fiscalizar, cobrar e fornecer propostas que possam agregar a formação dos alunos.

Como atribuições do conselho escolar, o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (BRASIL, 2004) que é parte das ações idealizadas pelos órgãos públicos para o fortalecimento da participação popular na gestão escolar democrática, destaca algumas competências separadas nas seguintes vertentes:

- a) Deliberativas: quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas. Elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro.
- b) Consultivas: quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.
- c) Fiscais (acompanhamento e avaliação): quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.
- d) Mobilizadoras: quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade

local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação.

Todas as ações do conselho escolar devem estar em concordância com a legislação vigente, atribuídas levando em conta a estrutura do conselho, a competência profissional dos envolvidos, os objetivos estabelecidos no PPP e de acordo com as particularidades sociais locais.

É perceptível a abrangência das atribuições do conselho escolar, de modo que suas contribuições se entendem por toda a estrutura organizacional, proporcionando uma grande melhora na gestão educacional, partindo da ideia de que a pluralidade de concepções agiliza processos e enriquece o ambiente escolar. Além de auxiliar o gestor, o conselho escolar implica no cultivo do sentimento de autonomia, e participação da sociedade, na manutenção e validação da democracia.

Considerações finais

Com base em estudos realizados na temática de gestão escolar e documentos oficiais, este artigo abordou as atribuições do gestor escolar e do órgão colegiado, bem como suas contribuições na construção de uma gestão escolar democrática para garantir uma educação de qualidade. Foi destacada a relevância da participação da comunidade na construção de uma escola autônoma, crítica e comprometida com a democracia, e no que diz respeito a concepções de ensino e fiscalização dos serviços.

Outro ponto enfatizado foi a exigência de capacidades do gestor para exercer uma liderança eficaz, justificada na abrangência de suas responsabilidades em atividades administrativas, pedagógicas e no que se refere ao planejamento e coordenação de projetos que possam contribuir para o funcionamento da escola, integração com a comunidade e bom uso dos recursos financeiros.

Nesse contexto, a gestão democrática ganha destaque ao promover a participação dos profissionais da educação e de contribuintes da sociedade como auxiliares do gestor na construção do PPP, na resolução de problemas e como agentes asseguradores do desenvolvimento educacional como um todo.

Em síntese, é verificável que o conselho escolar é um instrumento

indispensável para garantir a qualidade do ensino. A participação ativa da comunidade aliadas às competências e habilidades do gestor e dos profissionais envolvidos na esfera da educação é um conjunto eficaz na manutenção do direito de aprendizagem dos alunos, bem como na construção de uma sociedade participativa, autônoma e crítica, garantindo a perpetuação da democracia e o cumprimento das garantias legais.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília: MEC/SEB, 2004. Caderno 1.

BUENO, Oliveira. **Gestão escolar democrática**: um caminho para a educação de qualidade. Londrina, 2010/2012.

FREIRE, P. **Escola Cidadã**. DSpace. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/1906>.

FREITAS, C. D. F. **A importância do conselho escolar para uma gestão democrática**. Orientador: Hasla Pacheco. 2015. 50 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Especialização em Gestão Escolar, (UFMG), Belo Horizonte. 2015.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. 5. ed. Revisada e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

NASCIMENTO, V. P.; CHIUSOLI, C. L. O papel do gestor escolar: estudo de caso sobre os desafios da educação pública. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 23, n. 2, p. 238-254, maio/ago., 2019. E-ISSN:1519-9029. DOI: 10.22633/rpge.v23i2.11997.

RISCAL, J. R.; LUIZ, M. C. **Gestão democrática e a análise de avaliações em larga escala**: o desempenho de escolas públicas no Brasil. São Carlos: Pixel, 2016.

COMO A ANSIEDADE INFLUÊNCIA A APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE

João Victor Dantas Lira¹

Nayara Torres Silva²

Natercia de Andrade Lopes Neta³

Introdução

Existem inúmeros fatores que influenciam a aprendizagem e o desempenho do estudante na escola. Esses fatores podem ser intra-escolares - metodologia utilizada pelo professor, relações professor-aluno, aluno-aluno - e extra-escolares - por exemplo, a relação do aluno com sua família (GUIMARÃES, 2018). Claro que é válido ressaltar que esses fatores podem influenciar o desempenho escolar do aluno tanto positivamente como negativamente.

Ao voltarmos nossa atenção à educação básica é importante lembrar a condição atual do estudante nesse nível do ensino, principalmente a partir do 6º ano do ensino fundamental, onde a maioria dos jovens está entrando, ou já está, na adolescência, fase esta que para Bossa (1998) é uma fase singular da vida devido às mudanças simultâneas que ocorrem no corpo físico, no psicológico, no emocional e nas relações pessoais do jovem, todas essas mudanças ocorrendo paralelamente à entrada do aluno no 6º ano e interferem de forma relevante e séria na aprendizagem do educando. A adolescência é uma fase da vida cheia de dúvidas, inseguranças e perguntas que quando não encontradas as respostas apropriadas, geram

-
- 1 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios - AL.
 - 2 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios - AL.
 - 3 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL. E-mail: natercia.lopes@uneal.edu.br.

angústias e agitações possibilitando o aparecimento de distúrbios ansiosos na adolescência (SILVEIRA, 2019).

A ansiedade é uma condição inerente a existência humana, pois assume função protetiva com finalidade de evitar possíveis prejuízos perante situações difíceis ou novas (ROCHA, 2022). Ou seja, a ansiedade é uma resposta natural do corpo a diversas situações, porém em excesso pode se tornar em um grande obstáculo que impeça o estudante de progredir em sua vida acadêmica. Segundo Rocha (2022) os estudantes do ensino médio apresentam altos índices de ansiedade, o que poderá provocar desestabilização e insucesso escolar, principalmente, quando os estudantes colocam a vida escolar como um componente decisivo em sua vida.

Tendo em vista que a aprendizagem está atrelada não apenas ao âmbito escolar, mas também ao emocional, psicológico e cognitivo do aluno e levando em conta os pontos discutidos anteriormente; nós questionamos como a ansiedade influencia a vida escolar e acadêmica do estudante?

Metodologia

Para atingir o objetivo estabelecido anteriormente, foi realizada uma pesquisa do tipo qualitativa documental que segundo Godoy (1995), a partir da leitura e análise de documentos já publicados, o pesquisador irá explicitar e sistematizar o conteúdo dos documentos levantados. Para essa autora esse tipo de pesquisa permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques, sendo assim um tipo de pesquisa que pode se revestir de caráter inovador. Dito isto, foram analisado artigos científicos que trabalhavam temas sobre ansiedade, depressão e várias outras psicopatologias presentes entre adolescentes na educação básica, a fim de entender como esses distúrbios mentais afetam o jovem e sua vida escolar.

Discussão dos resultados

Os transtornos mentais vêm se tornando problemas comuns de saúde em todo o mundo, pois esses transtornos contribuem de forma relevante para a carga das doenças, tanto pela frequência com que ocorrem os sintomas, quanto pelo grau em que comprometem a capacidade funcional

das pessoas e a sua qualidade de vida (GALVÃO, 2013). Dentre tais transtornos mentais, destacamos neste trabalho o transtorno de ansiedade que, segundo os dados de uma pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em parceria com a organização da sociedade civil Viração Educomunicação, mostra que dos mais de 7,7 mil jovens entre 15 e 17 anos entrevistados, 35% disseram-se ansiosos e 50% deles já sentiram a necessidade de pedir ajuda em relação à saúde mental, porém 40% não recorreram a ninguém.

Embora a ansiedade seja uma emoção dentre tantas outras vivenciadas pelo ser humano, segundo Petersen (2011) sua intensidade e frequência poderão variar conforme o período de vida em que a pessoa se encontra. Para esse autor a adolescência é uma fase complexa, muitas vezes o indivíduo pode manifestar mudanças no humor e dificuldades de ordem emocional. Vemos que esse autor estabelece um ponto muito interessante, já que, o adulto poderia ajudar o adolescente a lidar com suas emoções neste momento da vida, algo que pode se tornar uma tarefa difícil por causa da mudança da relação entre os mesmos. Segundo Silveira (2020) a intimidade entre adulto e adolescente se torna conflituosa, e os pais tem a função de diminuir essa tensão causada pelo adolescente mediando seus projetos, necessidades e possibilidades delineadas pela cultura. Para esse autor a dificuldade de lidar com as emoções é uma das principais características nesse momento da vida, o que faz com que a adolescência seja vista como uma fase impotente pela sociedade, assim como a infância e a velhice.

É também nesse período da vida que encontramos jovens estudantes com altos níveis de ansiedade que desestabilizam a concentração e a memória, trazendo dificuldades e insucesso escolar (SILVEIRA, 2020). Segundo Petersen (2011) se as mudanças de humor e as dificuldades de ordem emocional manifestadas pelo adolescente não são trabalhadas, podem manifestar o desenvolvimento de psicopatologias na vida adulta, como por exemplo: a depressão, transtornos de ansiedade, o uso de substâncias psicoativas e desajustamento escolar ou social.

Em um estudo com adolescentes do ensino secundário desenvolvido por Benevides, Sousa, Carvalho e Caldeira (2015) discutem como a ansiedade afeta o desempenho acadêmico do aluno e suas relações com a escola e seus colegas de turma. Neste estudo os autores encontraram diferenças

estatisticamente significativas entre a sintomatologia depressiva e a satisfação com a escola, com a turma, com os amigos da escola, com os professores e com o desempenho acadêmico. Níveis mais elevados de depressão foram associados a um desempenho escolar inferior, bem como os alunos mais satisfeitos com a escola, a turma, os amigos da escola e com os professores, tenderam a ter valores mais baixos na dimensão depressão. Os fatores que influenciam o jovem estudante a desenvolver o transtorno de ansiedade são diversos, dentre eles, Silveira (2020) e Rocha (2022) concordam que a pressão psicológica que o jovem sofre a sobrecarga de atividades escolares, a pressão familiar com relação à escolha profissional do estudante, e ainda a sua própria indecisão com o futuro, a insatisfação e a dificuldade para estabelecer a própria identidade contribuem para que os jovens estudantes do ensino médio sejam vulneráveis ao transtorno de ansiedade.

Gonzaga, Silva, Enumo (2016) discutem como a ansiedade provocada por provas influenciam negativamente o desempenho escolar do aluno. Esses autores destacam que o jovem estudante se sente mais ansioso à medida que se aproxima do fim do ensino médio. Em seu trabalho, os autores identificaram que os alunos do 2º Ano, seguidos do 3º Ano e os mais velhos apresentaram mais ansiedade de prova. Os estressores relacionados às provas referiram-se à autocobrança de desempenho, sentimento de incapacidade e reações psicofisiológicas. Uma das razões pelas quais a ansiedade de prova tem impacto no desempenho acadêmico é a sua influência na atenção e concentração, os quais, mais tarde, têm efeito sobre a memória e o desempenho acadêmico (Gonzaga et al, 2016). Para esses autores, estudantes com alta ansiedade de provas têm mais dificuldade de aprendizagem, de retenção de novos conteúdos e mau desempenho acadêmico, estando mais propensos à evasão escolar.

Considerações finais

Mediante a discussão levantada neste trabalho é de se observar as diferentes formas que a ansiedade pode prejudicar, não apenas a aprendizagem do estudante, mas também as relações do aluno com a escola e seus colegas de turma. A ansiedade é uma doença psíquica, ou seja, uma combinação de pensamentos, percepções, emoções e comportamentos

anormais, afetando as relações com as pessoas, ocasionando transtornos mentais. A ansiedade pode provocar sentimentos no qual pode resultar medo do insucesso, causando transtornos nos indivíduos e acarretando em desconcentração e desmotivação em sua aprendizagem. O insucesso escolar e as dificuldades de aprendizagem provocadas pela ansiedade podem levar o estudante a desistir da sua educação, ou seja, pode levar o estudante à evasão escolar, o que seria um dos pontos mais críticos que foi levantado pelos autores vistos anteriormente. A falta de vontade do adolescente de buscar ajuda e o pouco contato com os pais nesta fase da vida, são fatores que agravam a situação do jovem estudante. Mas, indo além da aprendizagem, se tal condição evoluir para um transtorno de ansiedade, o jovem poderá se deparar com situações complexas de superar em sua vida adulta, podendo até mesmo desenvolver outras psicopatologias.

Conclui-se então, levando toda a análise teórica feita anteriormente, que a ansiedade, em níveis exagerados, é uma condição que deve ser levada a sério, pois é inevitável ignorar esse tipo de transtorno psicológico, em que grande parte das pessoas, e principalmente jovens, são afligidos na sociedade atual, conforme debatido anteriormente. Se tal condição não for trabalhada pode não apenas levar o estudante ao insucesso escolar, mas também pode prejudicar seu psicológico e suas relações pessoais e interpessoais. Como, por exemplo, levar o jovem ao se isolar da sociedade.

Referências

- Benevides, J., Sousa, M., Carvalho, C., & Caldeira, S. N. (2015). Sintomatologia depressiva e (in) satisfação escolar. **Revista de estudios e investigación en psicología y educación**, (5), A5-013.
- BOSSA, Nádia A. **Ação pedagógica: Definição diagnóstica e intervenção**. Fracasso escolar: Família, escola e a contribuição da psicopedagogia. Ed. vozes Brasil, 1998.
- GALVÃO, A. E. O. Ansiedade. *Revista Cadernos de Estudos e Pesquisas do Sertão*, Quixadá, v.1, n.1, jul. -dez. 2013.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.
- GONZAGA, Luiz Ricardo Vieira; SILVA, AMB da; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Ansiedade de provas em estudantes do Ensino Médio.

Psicologia Argumento, v. 34, n. 84, p. 76-88, 2016.

GUIMARÃES, Kaliny De Almeida. **As principais razões das dificuldades de aprendizagem em uma turma do 5º ano do ensino fundamental**. Garanhuns, UFRP. 2018.

Metade dos adolescentes e jovens sentiu necessidade de pedir ajuda em relação à saúde mental recentemente. **UNICEF**, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/metade-dos-adolescentes-e-jovens-sentiu-necessidade-de-pedir-ajuda-em-relacao-a-saude-mental-recentemente>. Acesso em: 03 de junho de 2023.

PETERSEN, Circe Salcides et al. Evidências de efetividade e procedimentos básicos para terapia cognitivo-comportamental para crianças com transtornos de ansiedade. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, v. 13, n. 1, p. 39-50, 2011.

ROCHA, Joel Bruno Angelo et al. Ansiedade em Estudantes do Ensino Médio: Uma Revisão Integrativa da Literatura/Anxiety in High School Students: An integrative review of the literature. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 16, n. 60, p. 141-158, 2022.

SILVEIRA, J. A., SANTOS, W. C., PASCHOAL, R. A., & MORAES, R. C. (2020). Ansiedade em alunos do Ensino Médio: um estudo de revisão. **Psicologia PT, São Paulo, ISSN, 1646-6977**.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA GESTÃO EDUCACIONAL DIANTE DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: SUPERANDO BARREIRAS PARA PROMOVER A EQUIDADE

Everton Lira da Silva¹

Laer Laisa da Silva Carnaúba²

Maria Aldaiza Barros Vieira³

Gabriel Julio Alvares⁴

Vinícios Avelino da Silva⁵

Natercia de Andrade Lopes Neta⁶

Introdução

A gestão educacional diante das relações étnico-raciais apresenta-se como um desafio e, ao mesmo tempo, uma possibilidade para a promoção da equidade no sistema educacional brasileiro. De acordo com Brandão e Stremel (2019), a discriminação racial está presente nas relações sociais e interfere diretamente na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos. Diante desse cenário, é necessário superar as barreiras que impedem uma gestão educacional efetivamente inclusiva.

1 Discente do curso de Licenciatura em Matemática. E-mail: Everton.silva6@alunos.uneal.edu.br.

2 Discente do curso de Licenciatura em Matemática. E-mail: laer@alunos.uneal.edu.br.

3 Discente do curso de Licenciatura em Matemática. E-mail: Maria.vieira5@alunos.uneal.edu.br.

4 Discente do curso de Licenciatura em Matemática. E-mail: Gabrieljulio_2010@hotmail.com.

5 Discente do curso de Licenciatura em Matemática. E-mail: vinicios@alunos.uneal.edu.br.

6 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL. E-mail: natercia.lopes@uneal.edu.br.

A educação das relações étnico-raciais exige uma nova aprendizagem e uma redução das relações sociais. Nesse sentido, Dourado (2016) ressalta que é preciso considerar as desigualdades históricas e estruturais presentes na sociedade brasileira, que afetam principalmente as populações negra e indígena. Para superar essas desigualdades, é preciso reconhecer e valorizar a diversidade cultural e étnico presente no país, promovendo a inclusão e o respeito às diferenças.

Segundo Moreira e Candau (2008), a gestão educacional inclusiva deve levar em conta não apenas as diferenças étnico-raciais, mas também as questões de gênero, orientação sexual, religião e outras formas de diversidade. É fundamental que as escolas e demais instituições educacionais promovam a formação continuada dos professores e gestores, além de elaborar políticas e práticas pedagógicas que valorizem e respeitem a diversidade cultural.

Ainda de acordo com Dourado (2016), é importante que a gestão educacional adote medidas que garantam o acesso e a permanência dos alunos indígenas nas escolas, além de promover a inclusão desses grupos nos processos decisórios e na elaboração das políticas educacionais. É necessário reconhecer a importância da participação da comunidade e das organizações da sociedade civil na gestão educacional inclusiva.

Em suma, a gestão educacional diante das relações étnico-raciais apresenta-se como um desafio, mas também como uma possibilidade de superação das desigualdades presentes na sociedade brasileira. É fundamental que sejam adotadas medidas para valorizar e respeitar a diversidade cultural, promover a inclusão e a participação da comunidade nas políticas e práticas pedagógicas. Somente assim será possível promover uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Aspectos históricos étnico-raciais

A cultura indígena é escrita por lutas históricas de apropriação e desapropriação de suas crenças e costumes, tratados historicamente com disputas territoriais, culturais e morais. As disparidades culturais e sociais são construções históricas da própria sociedade. São produções dos homens e existem desde as primeiras disputas por territórios de caça e de coleta de

alimentos, são eles que possibilitam o surgimento da diversidade no seio de uma formação social específica, a qual consente na classificação e na desigualdade que marcam as relações interétnicas.

O termo étnico-racial apresenta as questões relacionadas tanto as características físicas como as culturais, políticas e identitárias da população brasileira indígena. Dessa forma a educação das relações étnico-raciais exige novas aprendizagens. Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso atender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente.

No contexto das mudanças, marcam-se as práticas do escravismo e do autoritarismo político, que tiveram como contrapartida a problemática relacionada às diferenças culturais para os povos de origem africana e os indígenas do Novo Continente, que foram perseguidos e discriminados, deixando resquícios até os dias atuais. Brand e Nascimento (2006, p. 2) assinalam que esse momento foi:

[...] processo histórico de contato interétnico agressivo e violento, no bojo do qual foram constantemente desafiados a moldar e remoldar sua organização social, construir e reconstruir sua forma de vida e desenvolveram complexas estratégias, alternando momentos de confrontos direto, permeado por enorme gama de violência, com negociações, trocas e alianças.

Os primeiros contatos com os indígenas e os colonizadores ocorreram de modo conflitante, e que o processo de colonização visava atender aos interesses dos povos ocidentais, a fim de garantir uma suposta civilização aos indígenas. A catequização gerenciada pelos ocidentais ocorreu de forma imposta e condicionada ao costume dos colonizadores, embasadas na racionalidade e em regras deste povo, que ao longo dos séculos garantiu sua oficialidade como instituição escolar. Segundo Kaingang (apud Freire, 2004, p.28), “A escola entrou na comunidade indígena como um corpo estranho [...] Quem a estava colocando sabia o que queria, mas os índios não sabiam, hoje os índios ainda não sabem para que serve a escola. E esse é o problema”.

Nesse âmbito, inúmeras conjunturas surgem e expõem a forma

estigmatizante em que as populações indígenas foram expostas, não só em se tratando da escolarização jesuítica dos primeiros anos de conquista, mas também da forma como a escola passou a fazer parte da vida dos indígenas desde o século XX. “Dessa forma, a escola do século passado teve como objetivo integrar os povos indígenas” (Knapp, 2011, p.41). Segundo Freire (2004), a escola foi um instrumento de exclusão em busca da cultura homogênea, idealizada pelos ocidentais, na qual os valores e a cultura dos índios não foram considerados sob a perspectiva de uma estigmatização, de uma marginalização.

O Impacto do Preconceito e do Racismo nas Relações Educacionais

O preconceito e o racismo são fenômenos presentes na sociedade e têm um impacto significativo nas relações educacionais. Essas manifestações discriminatórias afetam diretamente o ambiente escolar, prejudicando o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes, além de perpetuar desigualdades étnico-raciais. Neste contexto, é fundamental compreender o impacto dessas questões e buscar estratégias para enfrentar e superar esses desafios.

Diversos estudos evidenciam o impacto negativo do preconceito e do racismo nas relações educacionais. Segundo Silva (2019), o preconceito racial afeta a autoestima dos estudantes, levando à internalização de estereótipos e à desvalorização da cultura e da identidade dos grupos étnico-raciais discriminados. Esse processo interfere no desempenho acadêmico e na motivação dos estudantes, criando um ambiente desfavorável para a aprendizagem.

Bell Hooks (1994) destaca que o racismo na educação é uma forma de violência simbólica, que invisibiliza e desvaloriza as contribuições culturais e intelectuais dos grupos minoritários. Essa violência simbólica se manifesta por meio de currículos eurocêtricos, ausência de representatividade e falta de reconhecimento das vozes e experiências das comunidades étnico-raciais marginalizadas.

Além disso, a presença de preconceito e racismo nas relações educacionais afeta a convivência e o ambiente escolar como um todo. Estudantes que são alvo de discriminação enfrentam dificuldades em

estabelecer relações saudáveis com seus colegas, professores e demais membros da comunidade escolar. Essa situação cria um clima de tensão, hostilidade e exclusão, comprometendo a construção de um ambiente educacional inclusivo e acolhedor.

Para enfrentar o impacto do preconceito e do racismo nas relações educacionais, é necessário adotar ações que promovam a conscientização, a valorização da diversidade e a construção de uma cultura de respeito e igualdade. É fundamental implementar currículos que contemplem a história, a cultura e as contribuições dos diferentes grupos étnico-raciais, garantindo a representatividade e a identificação dos estudantes.

De acordo com Gomes (2014), a formação continuada dos professores é essencial para que eles possam reconhecer e combater as manifestações de preconceito e racismo em sala de aula. É importante que os educadores desenvolvam competências interculturais, se informem sobre as questões étnico-raciais e adotem práticas pedagógicas inclusivas e antirracistas.

Em resumo, o preconceito e o racismo têm um impacto significativo nas relações educacionais, afetando o bem-estar, o desempenho e a aprendizagem dos estudantes. Para enfrentar esses desafios, é necessário promover a conscientização, valorizar a diversidade e adotar práticas pedagógicas inclusivas. Somente através de uma educação antirracista e igualitária poderemos superar as barreiras e promover a equidade na gestão educacional.

Barreiras e desafios enfrentados na gestão educacional diante das relações étnico-raciais

No âmbito da formação de gestores educacionais, Santos (2017) destaca a insuficiência de formação específica sobre relações étnico-raciais durante a capacitação desses profissionais. Essa lacuna contribui para a perpetuação de práticas discriminatórias nas escolas. Além disso, Munanga (2005) ressalta que muitos gestores ainda não compreendem plenamente a importância da diversidade e do enfrentamento do racismo no ambiente escolar, o que constitui uma barreira significativa na promoção da equidade étnico-racial.

No que diz respeito à implementação de políticas e práticas inclusivas,

Gomes (2014) destaca a resistência e a falta de engajamento por parte de alguns gestores em relação às ações afirmativas e políticas de inclusão racial. Essa resistência pode dificultar a efetiva promoção da equidade. Além disso, Araújo (2016) ressalta que a falta de recursos financeiros e materiais representa outra barreira significativa na implementação de ações afirmativas e na promoção da equidade étnico-racial nas instituições educacionais.

Na relação entre gestores, professores, alunos e comunidade, Hasenbalg (2005) destaca a percepção limitada ou estereotipada dos gestores em relação às demandas e necessidades específicas dos estudantes negros e indígenas como uma barreira que dificulta a promoção da equidade. Munanga (2006) também aponta a resistência por parte de alguns professores em lidar com questões étnico-raciais em sala de aula, seja por falta de preparo ou desconforto, como um desafio na construção de uma educação não discriminatória.

Para superar essas barreiras e desafios, algumas estratégias podem ser adotadas. Santos (2017) sugere investir em formação continuada de gestores educacionais, abordando a temática das relações étnico-raciais, o enfrentamento do racismo e a valorização da diversidade. Essa formação proporcionaria aos gestores as ferramentas necessárias para promover uma gestão educacional mais equitativa e inclusiva.

Gomes (2014) enfatiza a importância da elaboração e implementação de políticas e diretrizes claras, estabelecendo metas e ações específicas para a promoção da equidade étnico-racial nas instituições educacionais. Essas políticas devem ser acompanhadas por mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação, conforme Araújo (2016), a fim de identificar possíveis problemas e realizar os ajustes necessários.

Além disso, Munanga (2006) destaca a necessidade de criar espaços de diálogo e reflexão, envolvendo gestores, professores, alunos e comunidade. Esses espaços permitem discutir e enfrentar as questões étnico-raciais de forma colaborativa, promovendo a conscientização e o engajamento de todos os atores envolvidos.

A participação ativa da comunidade escolar no processo de formulação e implementação de ações afirmativas e práticas inclusivas é uma estratégia relevante, conforme proposto por Araújo (2016). Essa participação fortalece o sentido de pertencimento e coletividade, contribuindo para a efetividade

das ações promotoras da equidade étnico-racial.

Por fim, Hasenbalg (2005) destaca a importância de promover o reconhecimento e a valorização das culturas e tradições dos estudantes pertencentes a grupos étnico-raciais minoritários. Isso pode ser feito por meio da inclusão de conteúdos curriculares diversificados e do estabelecimento de parcerias com a comunidade, valorizando a riqueza cultural presente na escola.

Avaliação e Monitoramento das Políticas de Equidade Racial na Gestão Educacional

A avaliação e o monitoramento das políticas de equidade racial na gestão educacional são aspectos fundamentais para garantir que essas políticas sejam eficazes e promovam efetivamente a igualdade e a justiça social no ambiente escolar. Por meio da avaliação e do monitoramento, é possível identificar desafios, medir o impacto das políticas implementadas e realizar ajustes necessários para alcançar resultados mais significativos.

Nesse sentido, Santos (2017) destaca a importância da avaliação das políticas de equidade racial na gestão educacional como um instrumento para verificar se as ações implementadas estão alcançando os objetivos propostos. Segundo o autor, a avaliação deve considerar indicadores específicos relacionados à promoção da igualdade racial, tais como taxas de evasão escolar, desempenho acadêmico dos estudantes e participação da comunidade escolar.

A avaliação também deve levar em conta a participação e o envolvimento dos diferentes atores envolvidos na gestão educacional, como gestores, professores, alunos e comunidade escolar. Munanga (2006) ressalta que a participação ativa desses atores é essencial para avaliar o impacto das políticas de equidade racial e para identificar possíveis obstáculos e desigualdades que ainda persistem.

No que diz respeito ao monitoramento das políticas de equidade racial, Gomes (2014) enfatiza a importância de estabelecer mecanismos contínuos de acompanhamento e análise dos resultados obtidos. Esse monitoramento deve ser sistemático e abrangente, permitindo a identificação de avanços, desafios e áreas que necessitam de intervenção adicional. Através do monitoramento constante, é possível adotar medidas corretivas e

implementar ações estratégicas para superar as barreiras encontradas.

Para que a avaliação e o monitoramento sejam eficazes, é necessário contar com instrumentos de coleta de dados adequados e confiáveis. Araújo (2016) destaca a importância de desenvolver indicadores e sistemas de informações que considerem a dimensão étnico-racial, permitindo a análise específica dos dados em relação aos diferentes grupos étnicos presentes na escola. Essa abordagem contribui para uma compreensão mais aprofundada das desigualdades raciais e para a adoção de medidas direcionadas à promoção da equidade.

Em suma, a avaliação e o monitoramento das políticas de equidade racial na gestão educacional são essenciais para garantir que as ações implementadas sejam efetivas e promovam a igualdade étnico-racial. Através da avaliação, é possível identificar desafios, medir impactos e realizar ajustes necessários, enquanto o monitoramento contínuo permite acompanhar o progresso, adotar medidas corretivas e implementar estratégias direcionadas. A combinação dessas práticas contribui para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

Estudos de Caso de Experiências Bem-Sucedidas na Gestão Educacional Voltadas para a Equidade Racial

A busca pela equidade racial na gestão educacional é um desafio que requer o desenvolvimento e a implementação de práticas e políticas específicas. Felizmente, existem experiências bem-sucedidas que podem servir como referência e inspiração para promover a equidade e superar as barreiras existentes. Nesta seção, serão apresentados estudos de caso de algumas dessas experiências, abordando suas características e resultados positivos.

Um exemplo de experiência bem-sucedida é o caso da Escola Municipal de Educação Infantil “Tia Chica”, localizada na cidade de São Paulo. Essa escola implementou uma proposta pedagógica voltada para a promoção da equidade racial, valorizando a diversidade étnico-racial e combatendo o racismo. De acordo com Souza (2018), a escola adotou estratégias como a inclusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e a realização de projetos que valorizam a identidade e as tradições culturais afrodescendentes. Os resultados desse trabalho foram

significativos, promovendo o engajamento dos estudantes e a construção de uma consciência crítica sobre as questões étnico-raciais.

Outro estudo de caso relevante é o da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Zumbi dos Palmares”, localizada na cidade de Salvador. Essa escola desenvolveu um projeto pedagógico que busca resgatar a história e a cultura afro-brasileira, valorizando a identidade dos estudantes afrodescendentes. Segundo Santos (2019), a escola promove ações como a realização de festivais culturais, aulas temáticas e a participação em eventos que celebram a cultura negra. Além disso, a escola estabeleceu parcerias com instituições e grupos afrodescendentes da comunidade, fortalecendo o vínculo entre a escola e a comunidade local. Essas práticas resultaram em um aumento da autoestima dos estudantes e na melhoria do desempenho acadêmico.

É importante destacar também o caso da Escola Estadual Indígena “Ywy Poty Verá”, localizada na aldeia Avá-Guarani, em Mato Grosso do Sul. Essa escola desenvolve um currículo que valoriza a cultura e a língua indígena, respeitando as tradições e promovendo a igualdade racial no contexto escolar. De acordo com Gonçalves (2017), a escola adota metodologias que valorizam o conhecimento tradicional indígena e realiza atividades que fortalecem a identidade cultural dos estudantes. Essas práticas têm contribuído para a redução do preconceito e da discriminação étnico-racial, além de promover a participação ativa das comunidades indígenas no processo educacional.

Esses estudos de caso evidenciam que é possível superar as barreiras e promover a equidade racial na gestão educacional por meio de práticas inclusivas e valorização da diversidade. Ao adotar abordagens pedagógicas sensíveis às questões étnico-raciais e ao estabelecer parcerias com a comunidade, essas escolas têm alcançado resultados positivos no que diz respeito ao engajamento dos estudantes, à valorização da identidade cultural e ao fortalecimento da igualdade racial.

Conclusão

A gestão educacional enfrenta diversas barreiras e desafios no contexto das relações étnico-raciais, que podem perpetuar desigualdades

e discriminação no ambiente escolar. No entanto, é possível superar essas barreiras por meio da implementação de estratégias que promovam a equidade e valorizem a diversidade. A formação continuada de gestores, a implementação de políticas inclusivas, o diálogo com a comunidade e a valorização das culturas são elementos fundamentais para a construção de uma gestão educacional mais justa e igualitária, capaz de garantir a equidade étnico-racial e promover o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Referências

Araújo, J. M. L. Ação afirmativa e igualdade racial na educação superior: avanços e desafios. **Educação & Sociedade**, 37(134), 391-408, 2016.

Araújo, J. M. L. **Ação afirmativa e igualdade racial na educação superior**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

Brandão, C. R., & Stremel, S. Educação e relações étnico-raciais: desafios para a gestão escolar. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, 1(1), 48-60, 2019.

Brand, A. J., & Nascimento, A. C. A escola indígena e sustentabilidade: perspectivas e desafios. In: Seminário Internacional: Educação Intercultural Movimentos Sociais e Sustentabilidade: **Perspectivas Epistemológicas e Propostas Metodológicas**, 3., Florianópolis. Florianópolis: UFSC, 2006.

Dourado, L. F. Gestão da educação e equidade: desafios e perspectivas. **Educação e Sociedade**, 37(135), 373-389, 2016.

Freire, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

Gonçalves, L. A. Educação escolar indígena e as políticas de reconhecimento étnico. **Educação e Fronteiras On-Line**, 7(18), 108-122, 2017.

Gomes, N. L. Educação e relações raciais: reflexões sobre pesquisa e prática pedagógica. **Educação e Pesquisa**, 40(2), 337-350, 2014.

Gomes, N. L. A educação como política de ação afirmativa. **Revista Brasileira de Educação**, 19(58), 1053-1082, 2014.

Hasenbalg, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

Hooks, B. **Teaching to transgress: Education as the practice of freedom**. Routledge, 1994.

Knapp, C. **Retórica da educação escolar indígena: entre o mesmo e o diferente**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

Moreira, A. F. B., & Candau, V. M. F. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Munanga, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2005.

Munanga, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Munanga, K. **Educação e relações raciais: reflexões sobre a prática pedagógica**. In: Araújo, J. M. L. (Org.). Educação, identidade negra e formação de professores/as. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

Santos, R. A. Gestão escolar e a promoção da igualdade racial: possibilidades e desafios. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional**, 21(2), 115-133, 2017.

Santos, S. M. Políticas de ação afirmativa e equidade racial na educação: uma análise da experiência brasileira. **Educação em Revista**, 33(1), 275-295, 2017.

Santos, A. B. **Relações étnico-raciais no contexto escolar: um estudo sobre a prática pedagógica na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Zumbi dos Palmares”**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2019.

Souza, J. C. **Educação antirracista na escola: um estudo de caso sobre a experiência da Escola Municipal de Educação Infantil “Tia Chica”**. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2018.

Silva, J. A. O racismo e suas consequências para o ensino-aprendizagem no contexto escolar. **Revista FSA**, 16(3), 321-334, 2019.

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NO ENSINO E APRENDIZAGEM

Henrique da Silva Santos¹

Jamily Leite Máximo²

Maria Alice Bezerra Leite³

Maria Vanessa da Silva Machado⁴

Rayane de França da Silva⁵

Natercia de Andrade Lopes Neta⁶

Introdução

Este artigo discute princípios da gestão democrática e participativa e seus impactos no ensino e na aprendizagem escolar. Os objetivos em princípio são conhecer um pouco da história da implantação da gestão escolar no Brasil, bem como entender os conceitos de gestão democrática e gestão participativa de modo que mais adiante possamos analisar como a junção destes conceitos podem interferir no processo educacional, também objetivamos questionar o que os gestores interpretam por gestão democrática e participativa.

A gestão escolar é uma:

-
- 1 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL.
 - 2 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL.
 - 3 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL.
 - 4 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL.
 - 5 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL.
 - 6 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL. E-mail: natercia.lobes@uneal.edu.br.

Área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados « (LUCK 2011, p. 25).

Portanto, o conceito de gestão escolar está associado ao conjunto de ações interconectadas e à organização do ambiente educacional garantindo as condições necessárias para o avanço no ensino e na aprendizagem.

Breve histórico da Gestão Escolar no Brasil

Segundo Drabach e Mousquer, os primeiros escritos teóricos no Brasil sobre a Administração Escolar reportam-se à década de 1930, sendo Leão (1945), Ribeiro (1986), Lourenço Filho (2007) e Teixeira (1961; 1964; 1997), os pioneiros nos escritos teóricos sobre a temática.

Antes da década de 1980 não se falava em Gestão Escolar democrática, o país tinha um modelo de gestão estática e centralizada nas mãos de uma pessoa, o diretor. Os demais componentes da comunidade, alunos, professores e funcionários, deveriam apenas obedecer às regras e ordens impostas pela direção, deste modo, tínhamos uma escola distante do interesse real da sociedade.

Com o movimento de reabertura político-democrática no Brasil ocorrido na década de 1980 deu-se início a uma nova linha de pesquisa no campo da administração escolar, em que esta deveria ter um foco social e constituir-se a partir de lutas em prol da democracia e cidadania. Arroyo (1979) aponta que é necessário urgentemente que haja desenvolvimento de práticas administrativas em que a comunidade escolar esteja envolvida, visando redefinir os fins da educação, assim, mostra-se contra a centralização da administração escolar.

A luta pela democratização do país na década de 1980 retoma a questão da democratização da escola pública, não apenas pelo viés de seu acesso, mas também pela democratização das práticas desenvolvidas em seu interior. Como resultado disso, tem-se a aprovação do princípio de “Gestão Democrática do Ensino Público”, na Constituição Federal (CF) de 1988 (DRABACH E MOUSQUER, 2009, p. 274). Sendo esta uma das maiores conquistas na área da educação no Brasil.

Princípios da Gestão Escolar

A (CF) de 1988, em seu artigo 206, a Carta Magna estabelece:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade;
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal (CF, 1988).

Outro meio que apresenta a gestão pautada em ideais de liberdade, solidariedade e igualdade é a Lei de Diretrizes e Bases (Lei n° 9.394/1996), que em seus artigos 14 e 15, respectivamente, diz que:

Art. 14- Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público (LDB, 1996).

Já o Plano Nacional de Educação, Lei n.º 13.005/2014, com vigência até 2024, prevê a articulação e a materialização de uma política nacional de educação que se baseie nos princípios de participação, rompendo com as práticas autoritárias ainda vigentes na gestão das escolas públicas. Dessa forma, a participação e o controle social constituem-se elementos importantes da Gestão Democrática. A meta 19 do Plano Nacional de Educação prevê a efetivação da Gestão Democrática, dentro de dois anos, por meio de oito estratégias de políticas nacionais, que podem ser encontradas neste site: [OPNE – Meta 19 | Gestão democrática](#).

Gestão democrática e participativa

Antes de iniciarmos a discussão sobre os impactos da gestão democrática e participativa, procuramos compreender como ela se caracteriza:

A gestão democrática é aqui compreendida, então, como um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas (SOUZA, A. R, 2009, p. 125).

Como citado no item anterior, o conceito de Gestão Democrática foi inserido no sistema educacional brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988. Este conceito segue alguns princípios, sendo o principal deles, de acordo com Heloísa: a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de modo a contribuírem para a efetivação da gestão democrática que garante qualidade para todos os alunos (LÜCK, 2009, p. 23).

Uma gestão escolar democrática é aquela cujas ações são interconectadas e voltadas para a participação social, ou seja, deve ser composta por membros dos diversos grupos que compõem a comunidade escolar (professores, pais, alunos, funcionários de serviços gerais e demais gestores- diretor, coordenadores e outros).

Portanto, para que haja uma gestão democrática, de fato, é necessário que todos os participantes compreendam seu papel na organização social, ou seja, é preciso conhecer os princípios, diretrizes, fundamentos e objetivos da educação e a realidade na qual a escola está inserida. Vale então ressaltar que “a democracia, como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática”. (Paulo Freire)

Levando em consideração o que Paulo Freire disse sobre democracia, é necessário que docentes, dirigentes públicos e toda a sociedade reflita sobre o fundamental papel da escola no desenvolvimento humano. Portanto deve haver a implementação de prática pedagógica condizente com a realidade do público atendido, surge aí um detalhe importante, toda instituição deve de forma democrática e participativa criar um documento que rege seu funcionamento- o Projeto Político Pedagógico (PPP), e segundo a LDB este projeto deve nortear todas as

ações pedagógicas da instituição e se manter em permanente discussão e reformulação.

Além disso, uma gestão democrática e participativa deve contar com um Conselho escolar que tenha representantes de todos os segmentos, para que a necessidade de cada grupo seja ouvida. Numa gestão democrática, o diretor deve ser escolhido através de eleições e deve haver uma Política Educacional e Financiamento Público da Educação.

Diante disso, é importante compreender os impactos da Gestão Democrática e participativa no ensino e aprendizagem.

Justificativa

A gestão escolar é essencial para a promoção de um ensino de qualidade, pois ela é responsável por garantir ao aluno seu direito de estudar, e não apenas isso, mas estudar com qualidade, contando com uma boa infraestrutura e com materiais adequados, além de profissionais qualificados. Uma das formas de gestão que foi ganhando força no final do século passado é a gestão democrática participativa que diz que é necessário que toda comunidade escolar, ou seja, direção, coordenação, alunado, professores, e pais participem das decisões a serem tomadas com o objetivo de quebrar a hierarquia de poder que é centralizada nas mãos dos administradores. Contudo é importante entender os benefícios dessa forma de gestão e as possíveis dificuldades que podem surgir diante da implementação dela tornando este estudo relevante para o ambiente colegial.

A participação segundo Libâneo (2007, p.328), proporciona melhor conhecimento dos objetivos e metas da escola, além de sua estrutura organizacional e sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, proporcionando um clima de trabalho favorável e maior aproximação entre professores, pais e alunos.

A partir da participação, começa-se a enxergar melhor como a instituição escolar funciona, identificando as possíveis dificuldades e solucionando-as por meio de conversas, pois “a participação se funda no exercício do diálogo entre as partes.” (GUTIERREZ e CATANI, 2013, p.89).

Dessa maneira, forma-se, a partir do exercício de uma gestão

participativa nas escolas, um ambiente favorável para que todos os membros da comunidade escolar “tenham perceber e conhecer o outro em seu próprio contexto e a partir de sua própria história constitutiva. Ou seja, ver o outro tal qual ele mesmo se vê, e não apenas como eu o vejo a partir da minha própria especificidade” (GUTIERREZ e CATANI, 2013, p.92).

Metodologia

Inicialmente realizamos um trabalho teórico, em que foi possível conhecer a história do desenvolvimento da Gestão Escolar no Brasil e compreender melhor o conceito da Gestão democrática e participativa. O estudo se deu através da leitura de artigos, livros e sites, tendo como base principal os escritos de Heloísa Lück, doutora em Educação com ênfase em Administração de Sistemas Educacionais.

Logo após, preparamos um questionário na plataforma *Google Forms* para que pudéssemos ter contato com alguns diretores de escolas públicas e entender como funciona a gestão nas escolas em que eles atuam. Além dos gestores, também pudemos contar com a contribuição de uma professora que leciona em duas escolas com gestões diferentes, e assim, além das perguntas do formulário, pudemos entender se ele nota diferença na prática entre elas.

O questionário era composto por sete perguntas nas quais buscamos saber se nossos entrevistados consideravam que as escolas em que atuam possuem uma gestão democrática e participativa e como ela era aplicada, questionando se havia conselhos de estudantes, pais e etc, por quem eram tomadas as decisões, além de buscar compreender quais as principais dificuldades desse tipo de gestão e como eles acreditam que elas poderiam ser superadas.

Após isso, fizemos uma análise comparando o desenvolvimento das referidas escolas no SAEB com sua integração a gestão democrática e participativa, buscando responder o seguinte questionamento: *As escolas que possuem gestão democrática participativa mais integrada, ou seja, possui conselho de alunos, conselho dos pais, conselho dos professores e participação da comunidade, possuem um melhor desenvolvimento no SAEB?*

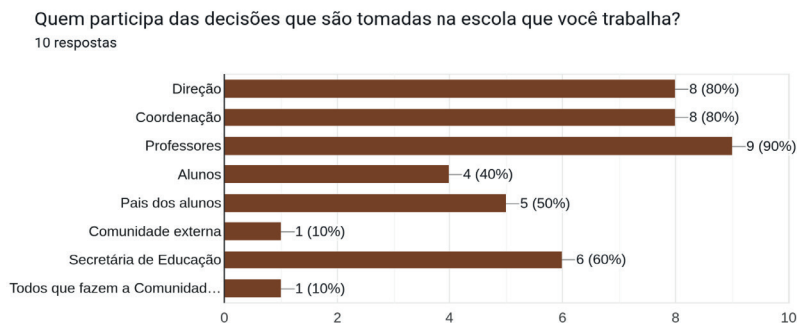
Análise resultados obtidos

Percebemos ao analisar as respostas que apesar das escolas contarem com uma gestão democrática e participativa na teoria, ainda há uma dificuldade ao colocá-la em prática, principalmente por falta de participação dos conselhos que são essenciais nesse modelo de gestão.

A maioria relatou falta de interesse dos pais, sendo que algumas dessas até possuem conselho mas, pelo que vemos, sem a participação efetiva deles nas decisões. Notamos também que a comunidade externa acaba ficando à margem das decisões tomadas pelas escolas, pois apenas um gestor relatou que ela tem participação, e outro, apesar de relatar terem conselho comunitário, não há participação significativa deles nas decisões.

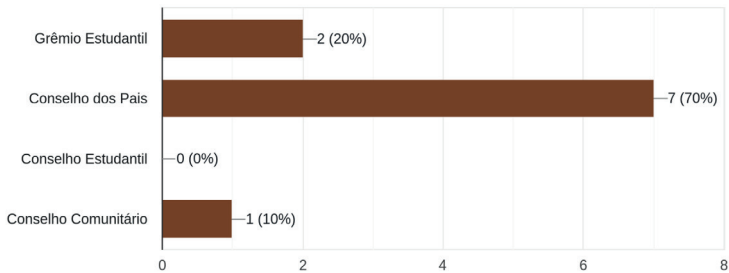
Outro grupo que não tem muito destaque são os alunos, apenas 40% das escolas afirmaram que eles participam das decisões, e apenas 20% delas possuem grêmio estudantil e nenhuma das entrevistadas possui conselho estudantil.

Quando questionados sobre como eles acreditam que poderia haver melhora na gestão escolar e como torná-la de fato democrática e participativa, percebemos novamente o relato da falta de participação dos conselhos no geral, tendo destaque para o grupo dos pais.



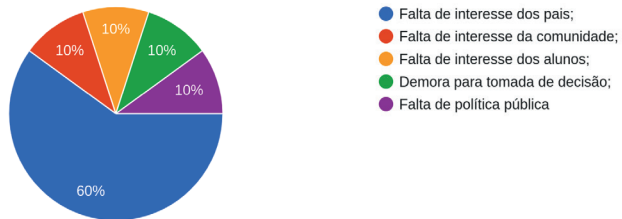
A escola que você administra possui:

10 respostas



Para você qual a maior dificuldade na implantação da gestão democrática e participativa nas escolas?

10 respostas



Para você a gestão Democrática e Participativa é:

10 respostas



(Pergunta aberta) Como você acredita que poderia melhorar uma gestão escolar? E como torná-la de fato democrática e participativa?

Gestor 1: Na gestão democrática o gestor escolar junto com a sua equipe busca estratégias para que o educando tenha a sua equidade e mostrar bons resultados durante o ano letivo.

Gestor 2: Uma melhor parceria entre os pais e a escola e também que os alunos tenham uma melhor prática de seus deveres.

Gestor 3: Com a participação mais ativa da família.

Gestor 4: Se todos que trabalham na instituição contribuírem a cada dia com a melhoria da educação sem apontar a falha do outro.

Gestor 5: Quando ela se tornar verdadeiramente uma política pública e deixar de ser apenas uma teoria.

Gestor 6: Com a participação ativa da família, porque com os demais segmentos temos participação efetiva.

Gestor 7: Se houver participação dos funcionários da Escola e também da comunidade em todos os aspectos.

Gestor 8: A gestão democrática é essencial na elaboração de um bom Projeto Político Pedagógico e sua concretização traz benefícios para toda a comunidade escolar. De forma participativa, a comunidade escolar é envolvida nas decisões para a elaboração do Projeto Político Pedagógico, para o uso dos recursos financeiros e para o acompanhamento dos processos de aprendizagem.

Professor: Através da conscientização da sua importância e colaboração das pessoas, principalmente os pais.

Professor: Mais participação de todos.

(Pergunta aberta à professora): Professora, você nota uma diferença entre as gestões das escolas em que leciona, considerando que uma delas a gestão democrática participativa é mais efetiva?

Sim, a que possui uma gestão democrática participativa é mais organizada, não há tantos problemas com o alunado, em relação a comportamento e também a aprendizagem, já na outra, percebo mais dificuldade nesses pontos e também em relação a participação dos pais.

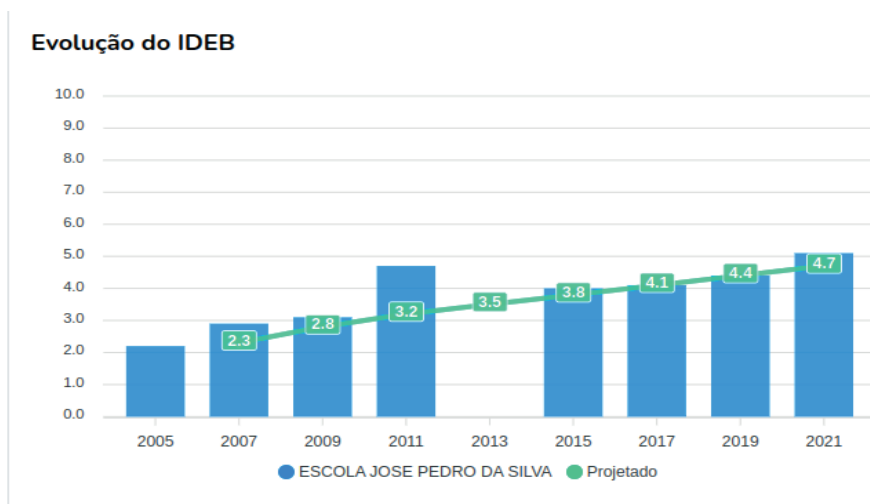
Desempenho das escolas no SAEB e IDEB

Para melhor compreensão da nossa comparação, devemos explicar o que é o SAEB. Logo, temo que o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Já o IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e calculado por meio da média dos resultados das provas.

O Saeb é realizado por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais.

O Saeb permite que as escolas e as redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidência

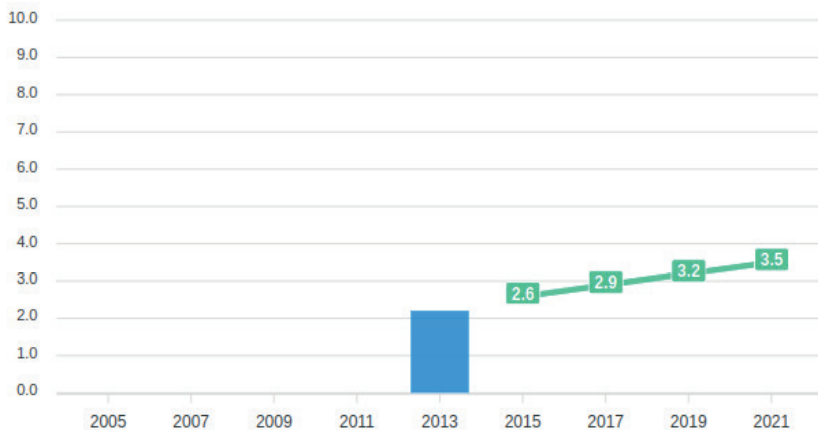
Escola 1 - Ensino Fundamental, anos iniciais



Fonte: INEP (2021)

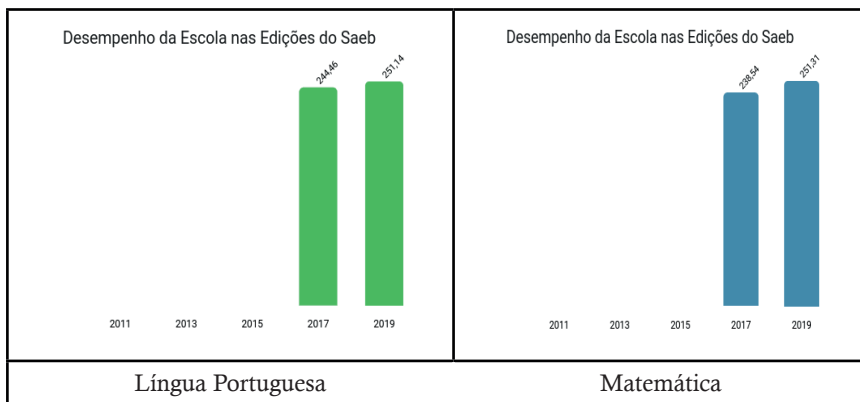
Escola 2 - Ensino Fundamental, anos iniciais

Evolução do IDEB



Fonte: Fonte: INEP (2021)

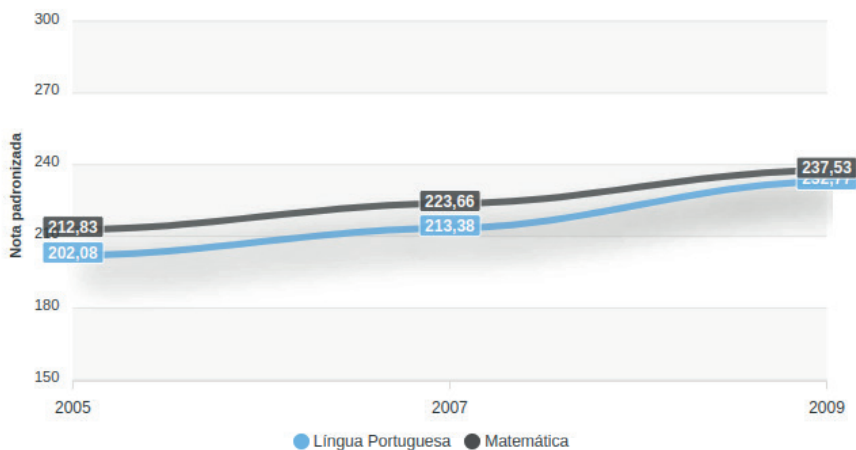
Escola 3 - Ensino Médio



Fonte: INEP (2021)

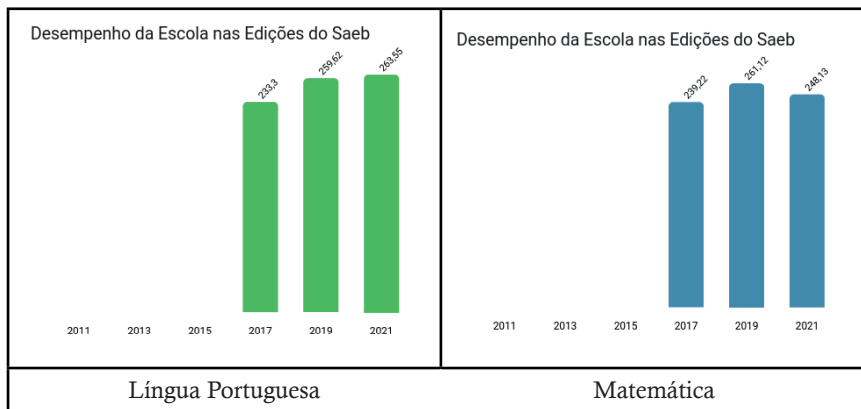
Escola 4 - Nível Fundamental, anos finais

Evolução nota SAEB



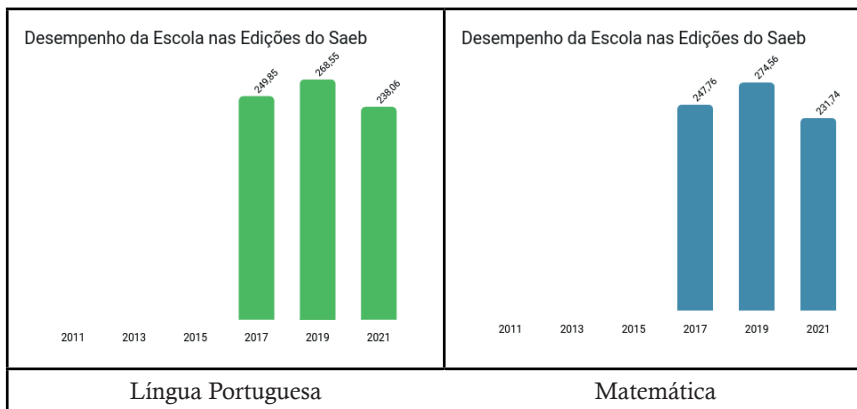
Fonte: INEP (2021)

Escola 5 - Nível Fundamental, anos finais



Fonte: INEP (2021)

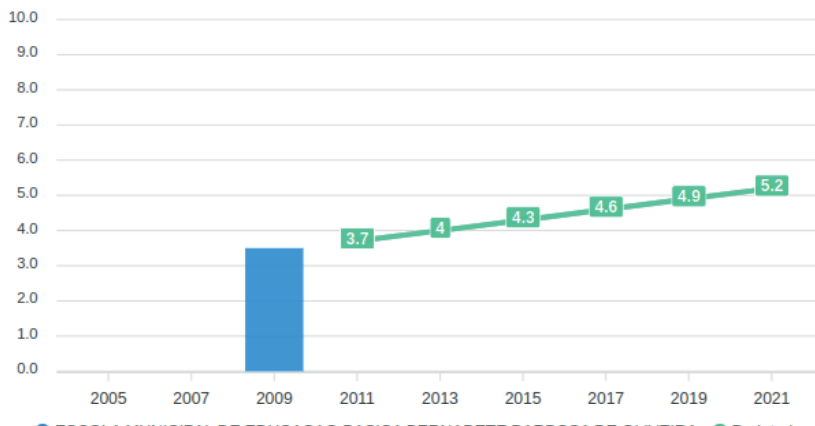
Escola 6 - Nível Fundamental, anos iniciais e finais



Fonte: INEP (2021)

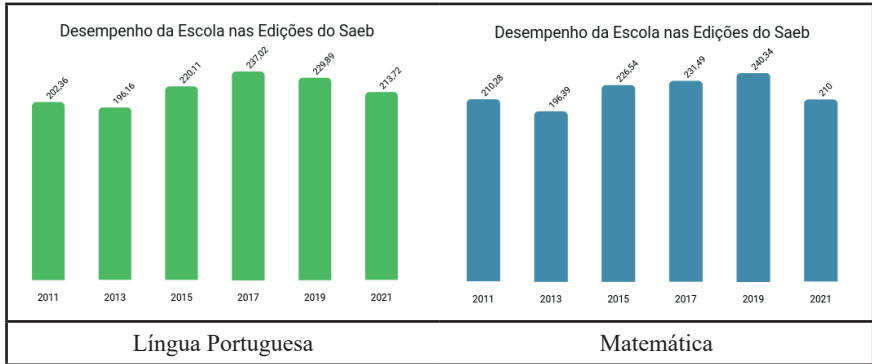
Escola 7 - Nível Fundamental, anos iniciais

Evolução do IDEB



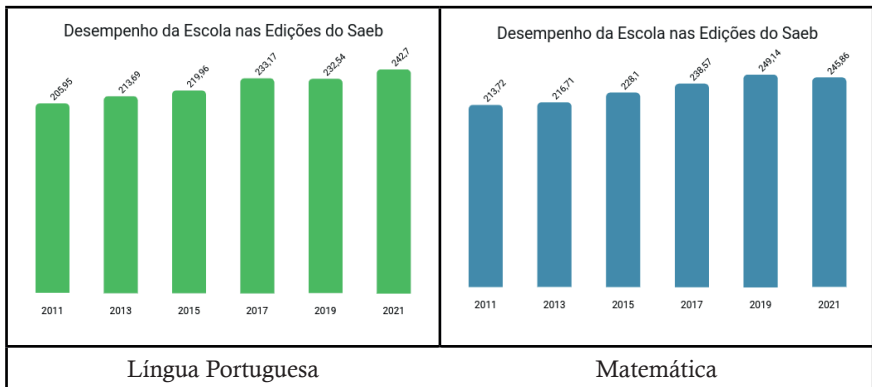
Fonte: INEP (2021)

Escola 8 - Nível Fundamental , anos iniciais e finais



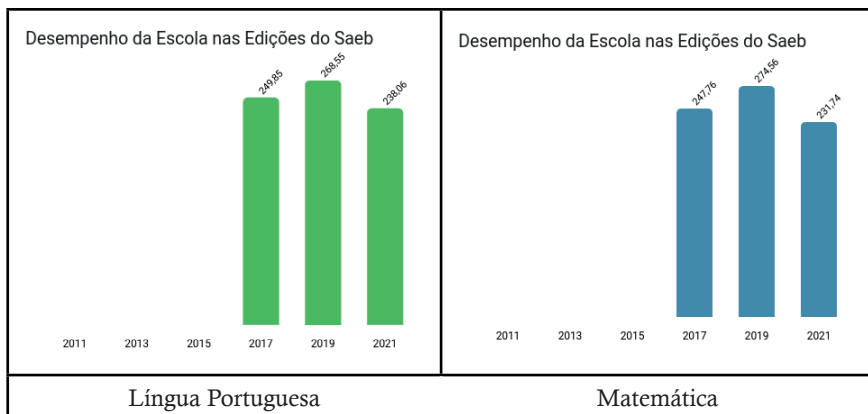
Fonte: INEP (2021)

Escola 9 - Nível Fundamental, anos finais



Fonte: INEP (2021)

Escola 10 - Ensino Médio



Fonte: INEP (2021)

Considerações finais

Este artigo buscou explorar os impactos da gestão democrática e participativa nos diferentes contextos organizacionais e a partir dos dados coletados em algumas escolas de Educação Básica, bem como através do estudo teórico realizado, pudemos observar que a Gestão Escolar Democrática e Participativa já é uma realidade, mesmo que ainda não seja totalmente efetiva. É possível perceber que muito se fala na falta de participação dos pais, da comunidade e dos próprios funcionários escolares, talvez porque na sociedade atual ainda se tenha a ideia implantada de que quem toma as decisões da escola são os diretores, secretários ou prefeito. Devemos destacar em relação aos dados coletados, que algumas escolas não foram possíveis encontrar os dados no SAEB, portanto foi utilizado as médias do IDEB.

Vale ressaltar que algumas escolas em que realizamos o questionário melhoraram seus índices nas principais disciplinas, mas por outro lado, algumas nem tanto. Um exemplo, deste último é a escola 5, onde o gestor 5 afirma que a Gestão democrática e participativa melhoraria “quando ela se tornar verdadeiramente uma política pública e deixar de ser apenas uma teoria”. Deste modo, percebemos que em determinados casos, o conceito de Gestão Democrática pode até ser conhecido, mas que não se efetiva, ou

seja, ainda é passível de desafios.

Assim, podemos concluir que a gestão democrática e participativa pode ser uma boa alternativa para as escolas, porém se for empregada como está na teoria, pois é de suma importância a participação de todos (sem exceção) para que possamos construir uma educação mais inclusiva, que permite o engajamento dos indivíduos e outros.

Referências

- ARROYO, M. G. Administração da educação, poder e participação. **Educação e Sociedade**. Ano I, n. 2, jan./1979. Campinas: CEDES, 1979.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL.
- DRABACH, N.; MOUSQUER, M. E. Dos primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil aos escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.2, pp.258-285, Jul/Dez 2009.
- LIBÂNEO, J. C. **A organização e a gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2007.
- LÜCK, Heloisa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SOUZA, A. R. Explorando e Construindo um conceito de gestão democrática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.25,n.03 , p.123-140, dez. 2009.

O DESENVOLVIMENTO DE UMA CULTURA DE AVALIAÇÃO NA GESTÃO EDUCACIONAL

Amanda Lino da Silva¹

Amanda Vieira Da Silva²

Denysson Bruno Farias da Silva³

Jessé de Lima Ferreira Silva⁴

Samuel de Sousa Apolinário⁵

Natercia de Andrade Lopes Neta⁶

Introdução

A gestão educacional é uma área essencial para o sucesso do sistema educacional de um país, pois é responsável por planejar, coordenar e supervisionar o processo educativo. ou seja, de acordo com Da Silva (2009), tem a responsabilidade a estruturação de todos os setores da escola, desde o administrativo, passando pelo pedagógico, até a gestão de pessoas, da comunicação e da educação em si, tornando um bom clima organizacional.

No entanto, para alcançar esse objetivo, é necessário que a gestão

-
- 1 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: amanda.silva16@alunos.uneal.edu.br.
 - 2 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: Amanda.vieira.2021@alunos.uneal.edu.br.
 - 3 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: denysson@alunos.uneal.edu.br.
 - 4 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: jessesilva@alunos.uneal.edu.br.
 - 5 Discente do curso Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Palmeira dos Índios – AL. E-mail: samuelapolinario@alunos.uneal.edu.br.
 - 6 Docente do Curso de Licenciatura em Matemática Campus Palmeira dos Índios da Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL. E-mail: natercia.lopes@uneal.edu.br.

educacional seja eficiente e eficaz, o que requer o uso de estratégias adequadas e inovadoras. Neste artigo, vamos discutir a importância da gestão educacional e apresentar algumas estratégias que podem ser utilizadas para melhorar a eficiência e eficácia da gestão educacional.

A importância da gestão educacional

A gestão educacional é um dos principais pilares do sistema educacional, pois é responsável por garantir a qualidade do ensino e o desenvolvimento dos alunos. Para isso, a gestão educacional deve atuar em várias frentes, desde a formulação de políticas educacionais até a gestão das escolas e dos recursos humanos. Além disso, a gestão educacional deve garantir a efetividade do processo educativo, promovendo a participação ativa dos alunos, dos professores e da comunidade escolar. Assim, Da Silva (2009) discute que também podemos perceber que os problemas educacionais são complexos e necessitam de visão global, abrangente, e quando as ações são articuladas, dinâmicas e participativas ganham mais espaço frente às dimensões na qual a escola encontra-se inserida.

Estratégias para melhorar a eficiência e eficácia da gestão educacional

Fortalecimento da liderança escolar

O fortalecimento da liderança escolar é uma das principais estratégias para melhorar a gestão escolar e, conseqüentemente, a qualidade do ensino.

Os conceitos de liderança são variáveis, feitas não só por um único autor, mas por diversos. O conceito de liderança, define uma influência exercida sobre as pessoas que permite incentivá-las a trabalhar com entusiasmo por um objetivo comum (NUNES & ROLIM, 2023, p. 15).

Uma liderança forte e efetiva é capaz de promover um ambiente de trabalho positivo e colaborativo, garantindo a implementação adequada das políticas educacionais e o desenvolvimento dos alunos. Para fortalecer a liderança escolar, é necessário fornecer treinamento e suporte para os diretores das escolas, bem como para os coordenadores e supervisores educacionais.

Uma liderança escolar forte também é capaz de promover a participação ativa dos professores e da comunidade escolar, criando um ambiente de trabalho colaborativo e cooperativo. A liderança escolar pode promover a participação da comunidade escolar por meio da criação de canais de comunicação eficazes, como reuniões regulares com os pais e os responsáveis pelos alunos, e promover a transparência e a contabilização na gestão educacional.

Além disso, a liderança escolar também pode promover a implementação adequada das políticas educacionais e garantir a utilização adequada dos recursos disponíveis. Um líder escolar eficaz é capaz de identificar as necessidades dos alunos e das escolas e implementar as estratégias adequadas para atender a essas necessidades. Isso envolve o estabelecimento de prioridades, alocação de recursos de forma eficaz e acompanhamento contínuo para garantir o progresso e o alcance dos resultados desejados.

Em suma, uma liderança escolar forte e efetiva desempenha um papel fundamental no fortalecimento das instituições educacionais. Ao promover um ambiente colaborativo, envolver a comunidade escolar e garantir a implementação adequada das políticas educacionais, os líderes escolares podem contribuir significativamente para o desenvolvimento dos alunos e para o avanço da educação de qualidade.

Uso de tecnologia educacional

A tecnologia educacional é uma das ferramentas mais poderosas disponíveis para melhorar a eficiência e eficácia da gestão educacional. Ela pode ser utilizada de várias maneiras para apoiar a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, além de melhorar a gestão e administração escolar. A tecnologia educacional pode ser utilizada para criar ambientes de aprendizagem mais interativos e dinâmicos, que ajudam a envolver os alunos e a tornar a aprendizagem mais atraente.

Todos os dias o avanço tecnológico apresenta novos recursos e ferramentas mais dominantes e completas, a fim de que as tarefas cotidianas sejam cada vez mais ágeis e rápidas. Essas tecnologias ajudam tanto os professores como os alunos a obterem um relacionamento educacional melhor, ou seja, uma conexão mais próxima do aprender e do ensinar. (OLIVEIRA, 2019, p. 38).

Além disso, a tecnologia educacional pode ser usada para facilitar a comunicação entre professores, alunos e pais. Por exemplo, as escolas podem utilizar plataformas de gestão de aprendizagem online para fornecer recursos de ensino, interação e avaliação, o que pode ajudar os professores a personalizar o ensino e fornecer feedback mais efetivo para os alunos.

Outra maneira pela qual a tecnologia educacional pode ser utilizada é na análise de dados educacionais. Com a tecnologia adequada, as escolas podem coletar e analisar dados sobre o desempenho dos alunos, permitindo que os professores e administradores escolares monitorem o progresso dos alunos e identifiquem áreas onde eles precisam de mais ajuda. Além disso, os dados educacionais podem ser utilizados para identificar tendências e padrões de desempenho, que podem ser usados para desenvolver políticas educacionais mais eficazes e informadas.

Promoção da participação da comunidade escolar

A participação da comunidade escolar é um elemento fundamental para o sucesso da gestão escolar. A comunidade escolar compreende pais, responsáveis, alunos e profissionais da educação, todos com um papel importante a desempenhar na formação e desenvolvimento dos estudantes. Quando a comunidade escolar está engajada e envolvida, ela ajuda a criar um ambiente positivo e colaborativo, onde todos trabalham juntos para alcançar objetivos comuns.

Uma das principais formas de promover a participação da comunidade escolar é por meio da comunicação efetiva. As escolas devem estar abertas e acessíveis para pais e responsáveis, com canais de comunicação claros e diretos para que possam fazer perguntas, dar feedback e expressar suas preocupações. Além disso, a escola deve fornecer informações sobre eventos escolares, projetos e atividades que envolvam a comunidade escolar e encorajar a participação nesses eventos.

Outra forma importante de promover a participação da comunidade escolar é por meio de parcerias estratégicas. As escolas podem estabelecer parcerias com organizações locais, empresas e outras instituições para criar oportunidades de aprendizado e enriquecimento para os estudantes. Essas parcerias podem envolver programas de voluntariado, estágios,

projetos de pesquisa e outras atividades que envolvam a comunidade escolar e promovam a colaboração entre diferentes setores da sociedade.

Em suma, ao promover a participação da comunidade escolar por meio da comunicação efetiva e parcerias estratégicas, a escola fortalece sua capacidade de oferecer uma educação de qualidade. A colaboração entre todos os membros da comunidade escolar cria um ambiente propício ao desenvolvimento dos estudantes, onde eles se sentem apoiados, motivados e preparados para alcançar seu pleno potencial.

Foco na aprendizagem dos alunos

O foco na aprendizagem dos alunos é uma das principais preocupações da gestão escolar, para que os alunos possam alcançar um bom desempenho acadêmico, é necessário que a escola se preocupe em oferecer uma educação de qualidade e eficiente. Para isso, a gestão escolar deve adotar uma abordagem centrada no aluno, levando em consideração suas necessidades e interesses, e criar estratégias de ensino inovadoras e personalizadas.

A gestão escolar deve estar atenta às diferentes habilidades e necessidades dos alunos e buscar maneiras de atender a essas demandas. Alguns alunos podem precisar de mais tempo ou suporte adicional para aprender determinado assunto, enquanto outros podem precisar de desafios adicionais para avançar. A gestão escolar deve, portanto, buscar estratégias de ensino diferenciadas para atender às necessidades de todos os alunos.

Além disso, a gestão escolar deve incentivar a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, promovendo atividades que permitam que os alunos sejam os protagonistas do próprio aprendizado. Isso pode ser feito por meio de metodologias ativas de ensino, como o ensino por projetos e o ensino por competências, por exemplo. Dessa forma, os alunos se envolvem mais no processo de aprendizagem e se tornam mais motivados e engajados. Protagonistas do próprio aprendizado. Isso pode ser feito por meio de metodologias ativas de ensino, como o ensino por projetos e o ensino por competências, por exemplo. Dessa forma, os alunos se envolvem mais no processo de aprendizagem e se tornam mais motivados e engajados. De acordo com Belotti (2010), a Gestão obriga-se a estimular amplamente a busca de novos conhecimentos, ou seja,

atualizado e reciclado de acordo com as mudanças tecnológicas, sociais, culturais, econômicas e políticas.

É importante ressaltar que a gestão escolar também deve se manter atualizada e em constante busca por novos conhecimentos. As mudanças tecnológicas, sociais, culturais, econômicas e políticas têm impacto direto na educação, e a gestão escolar deve acompanhar essas transformações para garantir uma educação relevante e contextualizada. Isso envolve a capacidade de adaptar-se às novas demandas e incorporar as inovações pedagógicas que surgem, buscando sempre a melhoria contínua da qualidade do ensino.

Em resumo, a gestão escolar deve ter como principal preocupação a aprendizagem dos alunos. Para isso, é necessário adotar uma abordagem centrada no aluno, oferecendo estratégias de ensino diferenciadas e personalizadas, que atendam às necessidades individuais dos estudantes. Além disso, é fundamental incentivar a participação ativa dos alunos por meio de metodologias ativas de ensino. A gestão escolar também deve estar atualizada e em constante busca por novos conhecimentos, adaptando-se às mudanças do contexto educacional. Com essas práticas, é possível criar um ambiente de aprendizagem estimulante, motivador e eficiente, no qual os alunos se tornam protagonistas do próprio aprendizado.

Desenvolvimento de uma cultura de avaliação

O tema “Desenvolvimento de uma cultura de avaliação” é de extrema relevância no contexto da gestão educacional, pois busca promover a melhoria contínua das práticas pedagógicas, o aprimoramento do ensino e a qualidade da aprendizagem. Neste contexto, autores brasileiros têm contribuído de maneira significativa para o debate e a compreensão desse tema.

Uma cultura de avaliação na gestão educacional implica na adoção de processos sistemáticos e contínuos de avaliação, que vão além da simples mensuração de resultados. Segundo Hoffmann (2009), a avaliação educacional deve ser formativa, ou seja, voltada para o processo de aprendizagem, a fim de identificar dificuldades e potencialidades dos estudantes e promover intervenções pedagógicas adequadas.

Nesse sentido, é fundamental que os gestores educacionais

incentivem a construção de uma cultura de avaliação, criando espaços de reflexão e diálogo sobre as práticas de ensino. Para Libâneo (2011), a avaliação deve ser participativa, envolvendo professores, estudantes e demais membros da comunidade escolar, de modo a fomentar a autocritica e a busca por soluções conjuntas.

Além disso, a cultura de avaliação precisa estar pautada em critérios claros e objetivos. Perrenoud (1999) destaca a importância da definição de competências a serem desenvolvidas, que orientem os processos de avaliação. Essas competências devem contemplar tanto os aspectos cognitivos, como conhecimentos e habilidades, quanto os aspectos socioemocionais dos estudantes.

Outro aspecto relevante é a valorização da avaliação como uma ferramenta de aprendizagem. Nesse sentido, Vasconcellos (2002) propõe a avaliação mediadora, que busca apoiar o processo de ensino-aprendizagem, oferecendo feedbacks construtivos e promovendo a autorreflexão dos estudantes sobre seu próprio desempenho.

Para que essa cultura de avaliação seja efetiva, é preciso que haja uma mudança de paradigma na forma como a avaliação é concebida. Nesse contexto, Luckesi (2011) defende a avaliação como um processo emancipatório, que contribua para a formação integral dos estudantes, respeitando suas singularidades e estimulando a construção do conhecimento de forma crítica e reflexiva.

Em suma, o desenvolvimento de uma cultura de avaliação na gestão educacional é fundamental para promover a melhoria da qualidade do ensino. Autores brasileiros, como Hoffmann, Libâneo, Perrenoud, Vasconcellos e Luckesi, têm contribuído com suas reflexões e propostas nesse campo, fornecendo subsídios teóricos para a implementação de práticas avaliativas mais significativas e formativas. Portanto, cabe aos gestores educacionais fomentar essa cultura, garantindo a participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo e promovendo uma educação de qualidade.

Referências

BELOTTI, Salua Helena Abdalla; FARIA, Moacir Alves de. Relação professor/aluno. **Saberes da Educação**, v. 1, n. 1, p. 01-12, 2010.

DA SILVA, Eliene Pereira. A importância do gestor educacional na instituição escolar. **Revista Conteúdo**, Capivara, v. 1, n. 2, 2009.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2011.

NUNES, Katianne Jamília Oliveira; ROLIM, Francisca Alynne Ribeiro. a eficiência e eficácia da gestão escolar no processo ensino-aprendizagem: o papel da gestão escolar e a melhoria do ensino. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 3, p. 275-288, 2023.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Lima dos Santos et al. **A relevância do estilo de liderança para a gestão escolar: uma proposta de fortalecimento e qualidade para o trabalho do gestor da escola pública e privada da educação básica**. 2019.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

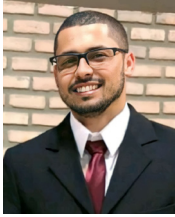
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. São Paulo: Libertad, 2002.

ORGANIZADORES



Prof. Dra. Natercia de Andrade Lopes Neta

Nascida em Batalha, Sertão Alagoano, foi alfabetizadora voluntária de adultos e idosos na ONG Êxodo e na Pastoral da Criança, e hoje dedica-se, exclusivamente, ao Serviço Público de Ensino. É Licenciada em Matemática (2004) e Especialista em Gestão Escolar pela UFAL (2007), em Psicanálise pela Faculdade de Minas Gerais (2022), e em Direitos Humanos e Movimentos Sociais pela Faculdade Focus (2023). Mestre em Educação Matemática e Tecnológica pela UFPE (2013) e Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra - UFPE (2017). Teóloga formada pelo Instituto Teológico Pastoral (2005), Psicanalista formada pela ABRAPSI (2023). Articulista da Rede de Comunicação Popular de Alagoas (RCP) e Colunista do Portal EuFêmea. Conselheira do Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays Bissexuais, Travestis e Transsexuais de Alagoas - CECD/LGBT/AL e do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres de Maceió - CODIM. Desenvolve seu trabalho enquanto formadora de professores de Matemática da Educação Básica, Coordenadora e Professora do Curso de Matemática na UNEAL. Coordenadora do Coletivo de Mulheres Cientistas (Quantum) e do Projeto Sou do Bem, digo não à Corrupção na Uneal. Orienta pesquisas sobre a Matemática na Educação Escolar Indígena. Investiga sobre formação docente e violência em suas diversas classificações, dentro da área de Educação Matemática e Psicologia Social, com ênfase na Teoria das Representações Sociais, tendo vários livros e artigos publicados nestas temáticas.



Samuel de Sousa Apolinario

Graduando do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual de Alagoas, atuou como monitor na disciplina de Probabilidade e Estatística, possui formação técnica em Informática avançado, Latex básico e intermediário e desenvolvedor Front-End iniciante.



Jessé de Lima Ferreira Silva

Graduando do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual de Alagoas.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 7, 8, 11, 12, 13, 19, 20, 21, 33, 36, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 68, 72, 73, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90

C

Conselho escolar 6, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 68

D

Desafios 7, 15, 16, 31, 92

Diretores escolares 5, 28

E

Educação 15, 16, 23, 31, 37, 38, 42, 43, 46, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 73, 78, 79, 86, 87, 88, 92

Educação básica 13, 19, 24, 25, 42, 43, 47, 48, 66, 73, 87

G

Gestão 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 15, 25, 31, 35, 37, 40, 43, 46, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 78, 79, 84, 88

Gestão democrática 37, 46, 66, 67, 69, 78

Gestão educacional 7, 8, 10, 40, 45, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 80, 81, 82, 85, 86

Gestores 5, 6, 8, 11, 12, 14, 15, 19, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 36, 54, 57, 58, 59, 62, 64, 67, 69, 85, 86

I

IDEB 5, 10, 11, 13, 14, 15, 43, 73, 78

M

Matemática 5, 9, 17, 24, 32, 39, 47, 53, 64, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 88, 89

P

Políticas 6, 11, 23, 25, 26, 29, 40, 43, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 66, 73, 81, 82, 83, 85

Professores 6, 10, 11, 14, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 36, 37, 41, 50, 54, 57, 58, 59, 63, 65, 67, 68, 69, 81, 82, 83, 86, 88

Projetos de pesquisa 8, 84

R

Relações étnico-raciais 7, 53, 54, 57, 58, 61, 62

S

saúde mental 7, 49, 52

